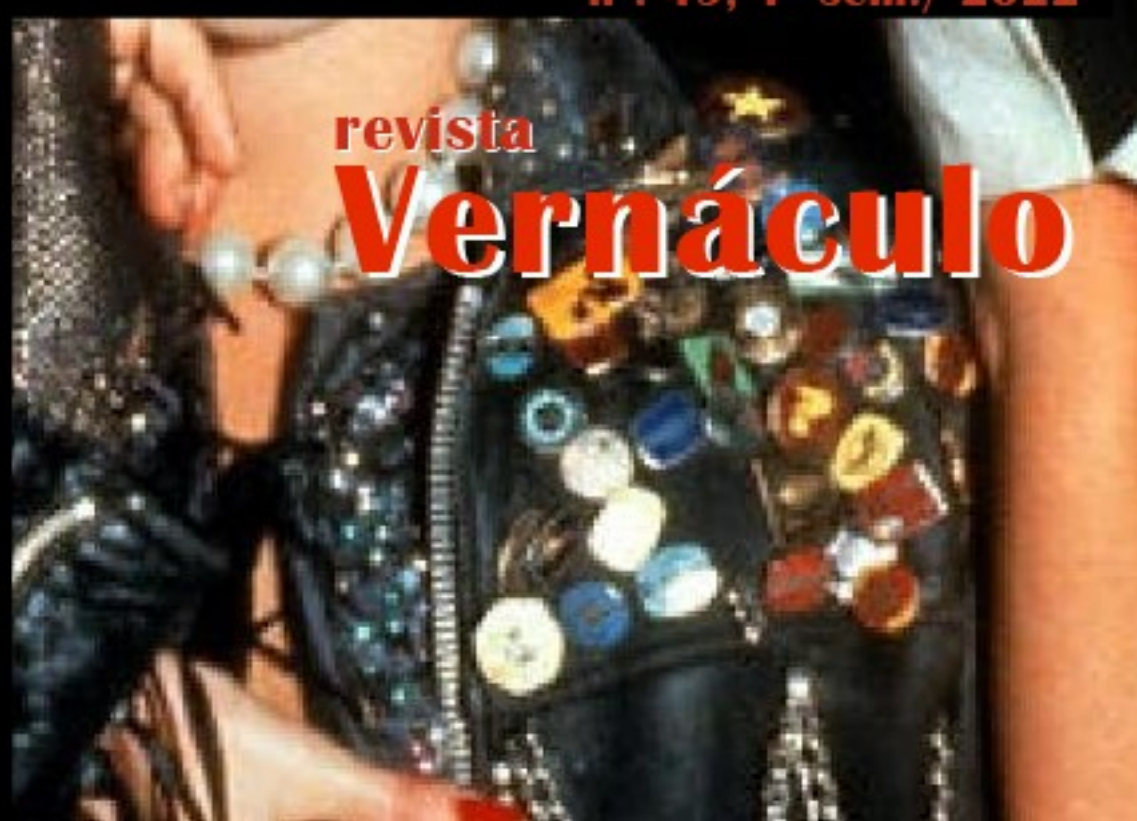




nº. 49, 1º sem./ 2022



revista
Vernáculo

Revista Vernáculo

Número 49, 1º sem/2022

Edição do Número

Hilton Costa

Montagem

Alysson de Avila Costa
Hilton Costa

Capa

Ana Paula Bellenzier

Crédito da imagem

https://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2015/08/blogs/entretenimento/xyz/199819-rocky-horror-picture-show-faz-40-anos.html



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Corpo Editorial

Alysson de Avila Costa, Ana Paula Bellenzier, André Akamine Ribas, Brenda Yasmin Degger, Cicely Assis Machado Salamunes, Francielle de Souza, Hilton Costa, Isabela Brasil Magno, Leonardo Brandão Barleta, Letícia Ruoso Wehmuth, Willibaldo Rupeenthal Neto

Conselho Consultivo

Allan de Paula Oliveira (UNESPAR-PR)	Caue Kruger (PUC-PR)	Lennita Oliveira Ruggi (UFPR)
Andréa Carla Doré (UFPR)	Diogo da Silva Roiz (UEMS)	Lorena A. de Muniagurria (USP)
André Akamine Ribas (UFPR)	Elaine Cristina Senko (UNIOESTE)	Márcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE-PR)
André Luiz Cavazzani (UNINTER)	Erivan Cassiano Karvat (UEPG-PR)	Marcos Luís Ehrhardt (UNIOESTE-PR)
Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)	Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)	Martha Daisson Hameister (UFPR)
Bruno de Macedo Zorek (The Lemann Center for Brazilian Studies - University of Illinois Urbana-Champaign (LCBS - UIUC))	Fagner Carniel (UEM-PR)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE-PR)
Camila Jansen de Mello de Santana (UEPG-PR)	Gabriel Santos Berute (UNISINOS)	Rachel dos Santos Marques (IFFAR)
Carlos E. Suprinyak (UFMG)	Jonas Moreira Vargas (UFPEL)	Rafael Faraco Benthien (UFPR)
	Jonas Wilson Pegoraro (UnB)	Rodrigo Turin (UNIRIO-RJ)
	Joseli Mendonça (UFPR)	Tiago Luis Gil (UnB)



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Sumário

Artigos

A honra dos ilegítimos: a questão dos bastardos nos tratados de duelo italianos

The honor of the illegitimate: the question of the bastards in the Italian duel treaties

Victor Sciré Queiroz 6

Sexualidades em cena: da (hetero)normatividade ao queer em *The Rocky Horror Picture Show* (1975)

Sexualities on scene: from (hetero)normativity to queer in *The Rocky Horror Picture Show* (1975)

Felipe Daniel Ruzene 19

Amadeu Amaral: História e trajetória intelectual

Amadeu Amaral: History and intellectual trajectory

Grasiele Silva Amorim

Daniel Marra 34

“A senzala moderna é o quartinho da empregada”: uma análise da relação entre patroas(ões) e trabalhadoras domésticas em relatos publicados na internet

“The modern slave quarters is the maid’s room”: an analysis of the relationship between employers and domestic workers in reports published on the internet

Emilly Gabriela Menezes Franco 51

Monografias

O Fim do Roubo da História: uma análise das Epistemologias do Sul para des-pensar a historiografia latinoamericana.

The End of the Robbery of History: an analysis of the Epistemologies of the South to un-think Latin American historiography

Julia Chacur 65

Impressões de Leitura

Os rastros do autor: uma investigação dos recursos estilísticos na obra de Jorge Andrade

The author's tracks: an investigation of stylistic resources in the work of Jorge Andrade

Cassiano Mignoni 72

Artigos

A honra dos ilegítimos: a questão dos bastardos nos tratados de duelo italianos

The honor of the illegitimate: the question of the bastards in the Italian duel treaties

Victor Sciré Queiroz¹

Resumo: A importância da honra e da legitimidade nas sociedades do Antigo Regime era uma questão tão crucial que em muitos casos definia as posições que os sujeitos poderiam ocupar. Buscando manter suas posições e privilégios a aristocracia lançava mão até mesmo de um recurso como o combate interpessoal. Atentos aos conflitos e tensões que ocorriam em diversas cortes européias, alguns tratadistas preocupados em formular orientações para os cortesãos, produziram escritos teóricos com a temática do duelo. Impressos em sua maioria na Península Itálica essa tratadística obteve um grande sucesso, consagrando os autores e fomentando o debate sobre os valores da nobreza. Defendendo a hipótese de que além do duelo outros problemas eram discutidos nos tratados, o presente artigo analisa o modo que os considerados bastardos eram vistos e, quais estratégias foram produzidas para contornar as dificuldades de um nascimento ilegítimo.

Palavras Chave: Família; duelo; honra.

Abstract: The importance of honor and legitimacy in Old Regime societies was such a crucial issue that in many cases it defined the positions that subjects could occupy. Seeking to maintain their positions and privileges, the aristocracy even resorted to a resource such as interpersonal combat. Attentive to the conflicts and tensions that occurred in several European courts, some scholars concerned with formulating guidelines for courtiers, produced theoretical writings with the theme of the duel. Most of them printed on the Italian Peninsula, this treatise was very successful, consecrating the authors and fomenting the debate on the values of the nobility. Defending the hypothesis that in addition to the duel, other problems were discussed in the treaties, the present article analyzes the way that those considered bastards were seen and, what strategies were produced to circumvent the difficulties of an illegitimate birth.

Keywords: Family; duel; honor.

Atualmente a necessidade de defesa da própria honra frente a uma ofensa nos leva a procurar a reparação dos danos nos tribunais. Recorrer à violência contra quem perpetrou a difamação parece descabido e fora de propósito, visto que existe uma justiça estatal para mediar esses conflitos. Na Idade Moderna essas questões eram vividas de uma forma diversa. Mesmo com a existência de tribunais naquele período, havia a possibilidade de resolver algumas disputas sem contar com a mediação dos mesmos. Uma dessas formas era o recurso ao duelo. Tal instituto pode ser classificado como uma prática de longa duração, desde que sejam observadas as diferenças e particularidades de cada contexto histórico e geográfico no qual

¹ Mestre em história pela Universidade Federal de São Paulo - EFLCH. Artigo concebido a partir da minha dissertação de mestrado em história apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo em fevereiro de 2020.

o embate armado foi usado como forma de solucionar as contendas. No nosso caso estamos falando do chamado *Duello per punto d'onore*, como ficou conhecido na época moderna. Como o próprio nome indica, aquilo que estava em jogo no momento do confronto era a honra dos participantes ou de quem eles poderiam representar. Enquanto elemento de extrema importância para as pessoas do Antigo Regime, a proteção da honra abarcava até mesmo atos de violência. Embora não tivesse um significado e peso igual para os envolvidos nas contendas, muitos, de um modo ou de outro eram afetados por essas questões. Como exemplo dessa disparidade, citamos a pureza das mulheres e a virilidade dos homens como valores que deveriam ser defendidos caso fossem colocados em dúvida².

No que diz respeito ao idioma utilizado, o uso do vernáculo italiano para nomear o duelo do qual estamos discorrendo não é acidental. Mesmo encontrando essa prática em diversos territórios de Europa, no caso da sua teorização, a Península Itálica foi palco de um intenso debate acerca do modo correto de mediar e conduzir as querelas que poderiam ou não terminar num confronto físico. Especialmente a partir da segunda metade do século XVI houve uma intensa produção e difusão de tratados dedicados ao duelo. Escritos por juristas, cortesãos e filósofos morais, esses textos tinham em sua maioria a cidade de Veneza como local de impressão. Como esses livros foram escritos por sujeitos de origens variadas, com diferentes visões de mundo, não seria absurdo dizer que havia múltiplos pontos de vistas referentes ao tema. Enquanto uns eram mais favoráveis ao uso das armas para a defesa da honra, outros tinham uma visão negativa, inclusive, desestimulando tal recurso.

Variados também eram os assuntos presentes nas páginas dos tratados. Embora o eixo central das obras fosse o duelo, é possível perceber que esse complexo instituto não se resumia ao momento do combate. Um exemplo era a questão da permissibilidade dos implicados, visto que nem todos poderiam envolver-se nesse tipo de contenda. Ora, esse tipo de problema mesmo que ainda estivesse inserido na temática do duelo, também apresentava um debate sobre o estatuto dos participantes. Quando nos atentamos para os assuntos que estavam ligados à prática do duelo, percebemos que nessas fontes desenvolveu-se um conjunto de reflexões que dão pistas a respeito dos valores e das visões de mundo desses autores, no momento que estes usavam um tema caro aos leitores (arte de duelar) para transmitir lições que não se restringiam ao momento da luta. Longe de esgotar a miríade de conselhos e admoestações presentes nos tratados, no presente artigo gostaria de apresentar um tópico que foi trabalhado em mais de um livro; e, que estava ligado ao direito de participar de um duelo. Nesse caso, nos referimos aos que nascidos de forma considerada ilegítima ficaram conhecidos como bastardos. Sendo o duelo um costume reservado para poucos – no caso, os indivíduos da nobreza e/ou que fizessem profissão de armas – não é de se estranhar que

² MUCHEMBLED, Robert. *Uma História da Violência*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 27.
Revista Vernáculo n.º 49 – primeiro semestre/2022

a legitimidade dos participantes fosse debatida. Se não havia consenso nem mesmo em relação aos considerados aptos ao combate, o que dizer então dos que estavam à margem deste seletivo grupo de duelistas, pois tinham que carregar certos estigmas.

De qualquer modo, os chamados bastardos, mesmo que enfrentassem a chance de exclusão por causa do peso das relações de sangue, não foram deixados de lado pelos tratadistas. Isso porque a preocupação com a honra e legitimidade dos nascimentos fazia sentido numa sociedade onde o sangue fosse uma substância social, não somente biológica³. Para complicar ainda mais a situação, essas questões não diziam respeito somente aos indivíduos, afetando a imagem da família como um todo. Afinal, um nascimento ilegítimo não era o resultado da união negociada entre famílias, sendo mais a causa de inimizade e constante lembrança da falha em manter a honra⁴. Norbert Elias no seu estudo clássico (*O Processo Civilizador*) aponta que até o século XVI os filhos legítimos e ilegítimos do marido eram criados juntos, sem segredos até mesmo para as próprias crianças⁵. Se levarmos em conta a afirmação do sociólogo alemão, a mudança no modo que os bastardos eram vistos nos ajuda a entender porque esses sujeitos entraram no horizonte de preocupações dos tratadistas. Como veremos a seguir houve todo um esforço teórico para tentar contornar a chamada bastardia, seja na exaltação dos feitos de antepassados ou mesmo na tentativa de distanciar-se dos atos desonrosos cometidos pelos pais.

Questionando sobre a possibilidade de esses sujeitos serem dignos de duelar, alguns teóricos formularam reflexões consistentes quando se referiam aos nascidos de forma ilegítima. Portanto, em mais de um tratado a ‘questão dos bastardos’ não deixou de ser teorizada e pensada. O jurista Dario Attendolo no capítulo 14 do seu *Il Duello di M. Dario Attendolo*, intitulado *DE I BASTARDI*, sem exagero notou que a questão da possibilidade da recusa de um bastardo num duelo, foi colocada em dúvida por todos os escritores⁶. Diante desta constatação, Attendolo argumenta que não se pode recusar um bastardo quando se trata de duelo, e para defender seu ponto de vista acaba citando inúmeros exemplos de sujeitos que mesmo nascidos nessa condição, tinham uma vida valorosa e de grandes feitos.

Essa lista de exemplos começa com a figura dos chamados decuriões que atuavam na Roma antiga. A lógica do autor é construída seguindo a noção de que na antiguidade os nascidos de forma ilegítima poderiam tornar-se membros de um grupo seletivo e honrado: “E isso se prova de modo que os bastardos

³ KUEHN, Thomas. *Illegitimacy in Renaissance Florence*. The University of Michigan Press, 2002. p. 88.

⁴ *Ibid.* p. 88.

⁵ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma história dos costumes* (Volume 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 182.

⁶ ATTENDOLO, Dario. *Il Duello di M. Dario Attendolo*. Veneza: Francesco Lorenzini da Turino, 1560. p. 40. “E revocato in dubbio da tutti i scrittori se i bastardi ponno essere ricasati in Duello...”

poderiam formar as ordens dos decuriões da qual se sabe que não eram considerados infames”⁷. Figuras de outros períodos históricos também não foram esquecidas na hora de justificar a participação dos bastardos num duelo. Desse modo, percebe-se nesse capítulo uma construção argumentativa que intercala exemplos tanto do passado como de épocas mais próximas ao escritor, no intuito de corroborar suas opiniões sobre o tema.

Após referir-se aos decuriões, a figura de Francesco Sforza, filho bastardo de Muzio Attendolo Sforza, é evocada como homem de valores militares. Afinal, este bom exemplo de príncipe e capitão conquistou o Ducado de Milão. As ligações de Attendolo com os Sforzas nos levam a entender todos esses elogios como uma forma de promover membros da família de Milão, defendendo os que nasceram de forma ilegítima. Porém, mesmo que existisse a tentativa de exaltação, devemos levar em conta que essa não se encerra neste objetivo. O que nos interessa aqui é a conclusão que o autor chega após a defesa das qualidades de Francesco Sforza:

Este exemplo de um Capitão e Príncipe tão virtuoso e feliz como se lê na história, nos deveria bastar para demonstrar que os bastardos não devem ser considerados homens vis, assim sendo, se conheça que este defeito nunca impediu, nem pode impedir que os homens em qualquer época não tenham acesso ou sejam elevados à qualquer grau de dignidade⁸.

Somando-se a todos esses modelos, no final do capítulo outros nomes são incluídos para reafirmar e defender as ideias do autor:

E na época mais moderna Santi Bentivoglio ainda que fosse filho bastardo de Hercole foi colocado num posto do governo de Bolonha onde com tanta prudência se governou, e com tanto valor que onde os grandes eram todos assassinados por seus inimigos, ele viveu pacificamente e morreu honradamente, e com a benevolência dos seus cidadãos confirmou o principado daquela cidade na sua casa. E o Conde Brandolino Capitão tão celebrado nas histórias de Biondo del Sabelico, de Corio e de outros, pai de Tiberio e de Cecco, ainda eles capitães famosos. E este bisavô do Senhor Guido Conde de Val de Marino, hoje Senhor de muito valor, e aquele outro bisavô dos Brandolini de Bagnacavallo gentilhomini virtuosos e honrados, foi ele também bastardo de Guido Brandolino; e de muitos exemplos se poderiam acrescentar que os bastardos de vários tempos foram virtuosos em cada modo de agir, e elevados à grandeza da honra. Só acrescentarei um que na nossa época tenham visto de Giulio de Medici, o qual ainda que alguns auditores da Rota tivessem com um longo processo

⁷ Ibid. p. 40. “e questo si prova, cōciosia che i Bastardi si pottevano creare dell’ordine de i decurioni dalche si conosce che nō sono reputati infami”.

⁸ ATTENDOLO. op. cit. p. 40. “questo esepio di cosi virtuoso e felice Capitano e Precipe come nell’historie si legge ci devrebbe bastare per dimostrare che i bastardi nō sono da essere reputati per huomini vili, nōdimeno accioche si conosca che questo difetto nō mai ha impedito ne puo impedire che huomini in ogni età nō siano asceti e che nō ascedino à qualunque grado di dignità...”

cancelado este defeito quando ele foi cardeal, mesmo assim era filho pouco legítimo de Giuliano de Medici, e tornou-se Sumo Pontífice chamado de Papa Clemente Sétimo, com isso se pode concluir os bastardos como habilitados a se elevarem a qualquer grau de honra, não sendo possível recusá-los ao duelo⁹.

Para justificar a participação desses sujeitos no duelo, foi feita por parte do autor a apresentação de vários casos de grandes homens que nascidos como ‘ilegítimos’, conseguiram sucesso em suas vidas. Seja no campo militar, governança ou mesmo na Igreja, cria-se uma imagem de superação frente a uma adversidade. Ao lidar com essas questões existe a exaltação de alguns nomes importantes do período, além da defesa de um ponto teórico referente à participação num duelo. Entretanto, o que deve ser levado em conta é que para construir esse percurso, Attendolo acaba abrindo uma possibilidade de manobra e defesa que poderia auxiliar os considerados indignos nas suas relações sociais. Em nenhum momento a condição de bastardo deixa de ser um problema, afinal a noção de defeito está implícita num nascimento ilegítimo, ou seja, não se trata de tornar iguais os nascidos com essa mácula, mas sim, abrir possibilidades de superação por meio de atitudes consideradas virtuosas.

Nesse momento, o eixo das preocupações do tratadista se descola não somente para dar conta e resolver questões pertinentes ao duelo (quem pode participar ou não do combate). Além disso, forma-se uma espécie de incentivo e ajuda, promovendo aqueles que vencem as dificuldades por meio de exemplos que embora não subvertiam a ordem social, tinham a possibilidade de alcançar sucesso em suas carreiras, afirmando-se entre seus pares. Como apontado por Kawata na sua dissertação de mestrado, um manual para os cortesãos como o *Il Cortegiano* de Castiglione era direcionado a uma aristocracia nobilitada pelo sangue, para que esse grupo assegurasse seu estilo de vida, conseguindo com isso a manutenção de uma ordem social¹⁰. No caso dos tratados apresentados no presente artigo, embora esses objetivassem a teorização e formalização do duelo, também propunham mecanismos para que os leitores alterassem suas posições e categorias, proporcionando outras formas de nobilitação e conquista/manutenção de poderes.

⁹ Ibid. p. 41. “e nell’ età piu moderna Santi Bentivoglio àchora che fusse figliuolo bastardo di Hercole fu posto al governo di Bologna dove cõ tâta prudenza si governò, e con tanto valore che dove i soi maggiore erano stati tutti da i loro nemici ammazzati egli e pacificamente visse e honoratissimamente morì e con la benevolenza di soi cittadini confermò il prencipato di quella citta nella sua casa e il Conte Brandolino Capitano tanto celebrato nell’ historie del Biondo del Sabelico, del Corio e de gli altri padre di Tiberio e di Cecco ancor loro Capitani famosi e questo bisavolo del Signor Guido Conte di Val de Marino hoggidi Signore di molto valore et quell’ altro bisavolo de i Brandolini da Bagnacavallo getiluomini virtuosi, et di honore fu anch’egli bastardo di Guido Brandolino; e dei molti esepy che si potrebbro addure di bastardi che in ogni tempo sono stati virtuosi in ogni maniera d’attione e asceti a grandissima alteza d’onore sol n’addurò uno che nell’età nostra habbiam visto di Giulio de’ Medici, il quale quantunque alcuni auditore di rota havessero con lungo processo cancellato questo difetto quando egli fatto fu Cardinale fu nõdimeno figliuolo poco legitimo di Giuliano de Medici, e creato a Sõmo Pontefice e detto Papa Clemente Settimo, dalla qual cosa conoscere si puo che i bastardi come habili ad ascendere ad ogni grado d’honore non si possono ricusare in Duello”.

¹⁰ KAWATA, Viviane da Cruz. *Soldado de Corte: estudo da Destreza em Espanha e Portugal no século XVII*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012, (339 f.). p. 65-66.

Como foi dito acima, as questões referentes às participações de bastardos em duelos, foram analisadas e desenvolvidas por vários autores. Assim sendo, Girolamo Muzio, um dos mais importantes tratadistas do século XVI, tampouco deixou de lado esse tipo de problemática. No livro III do seu *Il Duello*, essa delicada questão foi abordada com certo cuidado e prudência. Diferente dos exemplos utilizados por Dario Attendolo, agora não encontramos nenhum nome ou personalidade importante para a formulação das suas conclusões. Entretanto, Muzio também se colocou numa posição de defesa dos considerados nascidos de forma infame. Mesmo reconhecendo a dura condição dos bastardos, entende-se que a culpa de tal situação não deve recair sob os ombros desses sujeitos:

Se deve levar em conta a sentença de Jerônimo que dos nascimentos destes tais a culpa não é daquele que nasce, mas daquele que gera; e disse Crisóstomo que nós não devemos nos envergonhar dos vícios dos nossos pais e mães, mas devemos somente ter a intenção de abraçar a virtude. E ainda que alguém tenha nascido de uma prostituta ou adúltera, a vergonha de quem o gerou não pare vergonha. Depois, por longo costume são recebidos na arte da guerra, sendo vistos suportar virtuosamente muitas obrigações honoráveis¹¹.

As duras palavras de Muzio em relação aos atos de um homem e mulher que geram um filho fora do casamento, direcionavam todas as críticas e condenações aos pais (especialmente à mãe), de forma que o filho não fosse maculado. A esse respeito cabe destacar que o autor além de teorizar sobre o duelo, também foi um defensor do catolicismo com textos que continham um forte conteúdo apologético. No contexto disciplinador da Contrarreforma onde propagou-se ideias de submissão e foram impostas estruturas conformistas na sociedade¹²; compreende-se o ataque que o cortesão fez em seus escritos àqueles que cometiam atos contrários aos valores da Igreja.

As pesadas investidas do tratadista contra os comportamentos entendidos como desviantes, também tinham uma função preventiva, isso se compreendermos que os leitores poderiam ser influenciados pela forte retórica de Muzio, mesmo os que não eram bastardos. Aqui a função dos conselhos têm como alvo o aristocrata imprudente e impetuoso, caso tivesse a oportunidade de manter relações sexuais em desacordo com a moral aventada pelo escritor do *Il Duello*. É difícil saber (somente pelos tratados) quantos nobres conseguiram manter seus desejos sob controle, receosos de se igualarem aos modelos de homem e mulher

¹¹ MUZIO, Girolamo. *Il Duello*. Veneza: Gabriele Giolito de Ferrari e fratelli, 1550. p. 71. “si debbia tenere massimamente che sentenza di Hieronimo è, che del nascimento di questi tali la colpa è non di colui, che nasce, m adi colui che genera; E dice Chrisostomo, che vergognare non ci debbiamo de’ vity de’ padri, e delle madri nostre, ma solamente debbiamo noi essere intenti ad abbracciar le virtu. Et che se bene altri è nato di bagascia, o di adultera, la vergogna di chi lo ha generato à lui non parturisce vergogna. Poi essi per lungo costume alla arte della guerra sono ricevuti, e di molto honorevoli carichi si sono visti essere da loro virtuosamente stati sostenuti”.

¹² COHN, Samuel Kline. *Women in the streets: essays on sex and power in Renaissance Italy*. Baltimore: John Hopkins University, 1996. p. 57.

descritos pelo apologista católico, mas, não podemos excluir a hipótese de que parte do público se preocupava com os aspectos da religião. Isso porque naquele contexto das Reformas aumentou-se a sensibilidade em relação aos comportamentos considerados imorais, até mesmo criando preceitos legais para lidar com essas questões¹³. Quando o historiador Peter Burke argumenta que houve uma crescente na literatura da moral e dos costumes em variados textos do Renascimento Italiano, que discutiam o gesto¹⁴, não incluiu os tratados de duelo. Porém, se for levado em conta o controle de alguns comportamentos, tal qual estão apresentados no *Il Duello*, essa obra pode ser inserida nessa tipologia de livros. Também podemos compreender o esforço de Girolamo Muzio quando admoestou seu leitor fazendo uso do que era considerado mau exemplo, como parte de um processo civilizador que de acordo com Elias pode ser demonstrado tanto em relação à “educação sexual”, como a respeito do casamento, no ocidente¹⁵.

Somando-se às intenções de propagar uma crítica às posturas que contrariavam os valores religiosos, no mesmo trecho, encontra-se a ideia de que além da inocência dos bastardos, existe a possibilidade de alcançar a virtude e o sucesso pelo uso das armas. Essas lições que incentivavam a superação de um nascimento considerado errado não anulam automaticamente a condição de quem veio ao mundo com essa dura condição, inclusive nos casos de duelo. A clivagem do autor, separa os bastardos da infâmia, embora também os exclua do âmbito da nobreza. Então, no caso dos duelos, a não participação desses sujeitos se deve ao fato de que sua nobreza seria maculada pelo nascimento. Tanto os bastardos, como os que nasceram de condição humilde, são colocados à parte da posição de nobre, porém, são considerados inocentes. Desse modo, livrando-os da culpa, abre-se uma exceção, afirmando que existe a possibilidade de realizar feitos virtuosos e estudos valorosos por meio do esforço¹⁶. A exortação de Muzio no sentido de apoiar e reconhecer as qualidades dos que eram bastardos não se restringiu somente aos sujeitos em si, pois, criou-se uma ponte nessa possibilidade de ascensão, que levaria até a figura do príncipe:

Aqueles que verdadeiramente tenham dado ou darão sinais de nobreza seja por obras das armas, ou por outra prática; ou que na corte de algum Príncipe tenham costumeiramente vivido entre cavaleiros; ou que por privilégio de Senhor foram legitimados, eu digo, que deverão ser recebidos juntos com outros gentilhuomini em cada ato de cavalaria¹⁷.

¹³ RUFF, Julius. R. *Violence in Early Modern Europe 1500-1800*. Nova York: Cambridge University Press, 2001. p. 151.

¹⁴ BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 100.

¹⁵ ELIAS. op. cit. p. 182.

¹⁶ MUZIO. op. cit. p. 71. “Di che essi anchora si debbono faticare di avanzarsi co’l mezo delle opere valorese, e de gli study virtuosi”.

¹⁷ MUZIO. op. cit. p. 72. “Quelli veramente che o per opera di arme, o per altro honorato esercitio haveranno dato, o daranno segno di nobilita; o che alla corte di alcun Príncipe tra cavalieri viveranno costumatamente; o che per privilegio di Signore saranno stati legittimati, que’ tal dico, in ogni atto di cavalleria insiemecon (sic) gli altri gentil huomini do verãno esser raccolti”.

Tal qual Dario Attendolo nas suas reflexões, Muzio tratou assuntos pertencentes aos participantes de um duelo, mas não ficou só nessa questão. Por mais que certas dificuldades sejam colocadas na figura de quem era considerado bastardo, inclusive questionando seu pertencimento à nobreza, por outro lado, havia a matização desta categoria (bastardia) de forma que por meio do esforço e superação o ‘defeito’ fosse contornado. E isso não cabia somente ao nascido, porque o príncipe, senhor ou cavaleiro também deveriam reconhecer e aceitar quem fizesse por merecer o pertencimento ao fechado círculo do *gentilhuomini*. No final, não se tratava tanto de defender a participação ou direito de duelar, ao longo do capítulo isso é deixado num segundo plano. Assim, a intenção do autor vai ao sentido de aconselhar seus leitores – fossem bastardos ou não – indicando meios de ascensão e manutenção da sua posição, seja por esforço próprio, ou privilégio e reconhecimento de outros nobres.

Em suma, essa estratégia desenvolvida por Muzio, dizia respeito a todos os envolvidos nesses tipos de relações, fossem súditos ou senhores. Se compararmos as abordagens dos dois tratadistas acima, nota-se que ambos estão inseridos num ambiente altamente dependente das tradições e ligações familiares. Atento às condições dos bastardos na Florença renascentista, Kuehn aponta que a sucessão da honra familiar era um elemento vital da sociedade florentina. Assim, “Aqueles que geraram bastardos, mas, acima de tudo, aqueles que eram bastardos, traziam desonra ou desgraça e se encontravam em exclusão, não somente da sua árvore genealógica, mas, também do seu lar”¹⁸. Ora, essa tensão está presente nos escritos de Attendolo e Muzio, porém, nota-se que cada um ao seu modo trabalha com o tema no intuito de resguardar os ilegítimos. Seja na aproximação do bastardo com os seus antepassados (Attendolo) numa espécie de defesa da própria linhagem, ou na completa exclusão e anonimato dos pais (Muzio), criando uma separação do sujeito em questão com a sua estirpe. Sem se furtar ao peso e consequência dos filhos fora do casamento, cada tratadista molda sua narrativa de modo que seus leitores sejam defendidos, tanto pela exaltação dos seus antepassados, como pelo distanciamento dos seus progenitores.

A discussão em torno da permissibilidade de um bastardo defender a sua honra num duelo, trouxe consigo outras questões de suma importância, sendo essas intimamente ligadas ao próprio pertencimento desses nascidos nos restritos círculos nobiliárquicos. Prova da centralidade deste tema pode ser encontrada em outros dois tratados que embora discordassem veementemente da licitude do duelo, chegaram a conclusões aproximadas sobre o assunto que ora analisamos. Fausto da Longiano e Andrea Alciato, ambos com escritos relacionados ao duelo, encontravam-se em polos opostos quando se tratava de defender ou condenar o combate interpessoal. Enquanto Alciato foi um famoso jurista que devotou sua erudição à condenação desse instituto, Fausto da Longiano, cortesão do século XVI, com serviços prestados ao celebre

¹⁸ KUEHN. op. cit. p. 88-89.

homem de arma Guido Rangoni, ficou conhecido como um dos maiores defensores do recurso às armas como privilégio da nobreza, indicando uma postura favorável ao duelo¹⁹.

Em suas obras, os dois autores teceram considerações voltadas à permissibilidade dos bastardos defenderem sua honra num combate. Assim, um primeiro ponto que chama nossa atenção é a semelhança dos seus escritos, pois logo no início dos capítulos existe o entendimento de que os bastardos não são considerados dignos. Ao contrário, são vistos como infames:

Alguns dizem que um bastardo pode ser recusado porque esses são das leis dos Papas denotados de infâmia, não podendo carregar os brasões de sua casa inteiros, mas com uma barra atravessada, ou partida num canto. Sobre as vozes de filho não estão incluídos os bastardos. Menos são considerados os de uma família de pai incerto. Tendo a repulsa por serem vis, vituperiosos na honra e dignidade²⁰.

De modo análogo, Andrea Alciato, logo no começo de suas explicações cita a ‘leis dos Papas’ para justificar todas as falhas que seriam inerentes aos bastardos:

E pelas leis dos Pontífices são considerados de pouca fé, ou nula, mutável, e menos aptos à milícia. Vemos ainda que não lhes são concedidos os brasões de sua casa, somente com uma barra atravessada. E sob o vocábulo de filhos não são incluídos, porque a lei não os entende como nascidos de pais certos, mas, sem pais, e são repelidos das suas honras como vis e desonrados²¹.

Não obstante a semelhança dos seus escritos, inclusive, utilizando palavras e temas muito próximos, os dois autores chegam a conclusões diversas. Fausto da Longiano logo após sua introdução, no mesmo capítulo é taxativo ao afirmar que os bastardos não cometeram delitos por própria culpa e, sendo admitidos em uma milícia, não podem ser recusados de modo algum num combate individual²². Ora, Andrea Alciato também reconhece que graças aos costumes, um bastardo também pode fazer parte de uma milícia, afinal, a culpa de sua condição não recairia sobre ele. Entretanto, não existe nenhum esforço do jurista (contrário ao duelo) no sentido de incentivar tal prática. Ao contrário, Alciato constata que no ambiente bélico de uma

¹⁹ CAVINA, Marco. *Il sangue dell'onore: storia del duello*. Bari: GLF Editori Laterza, 2005. p. 63-64.

²⁰ DA LONGIANO, Sebastiano Fausto. *Duello regolato a le leggi de l'honore*, Veneza: Vincenzo Valgrisi, [1551] 1552. p. 263-264. “Alcuni dicono, che un bastardo pò essere ricusato perche tali sono da le leggi de Papi notati d’infamia ne possono portare l’arma de la casa intiera, ma ò sbarrata à traverso, ò spezzata in un canto. Sotto la voce di figlio non sono compresi i bastardia. Meno sono tenuti questi di padre incerto de la famiglia. Onde come vili, e vituperosi ne gli honori, e ne le degnita hanno la ripulsa”.

²¹ ALCIATO, Andrea. *Duello fato di latino a comune utilità*. Veneza: Comin da Trino di Monferrate, 1562. p. 23. “e per la legge de Pontefici sono riputati di fede poca, o nulla, mutabilissima, e meno atti à la militia. Veggiamo anchora non essergli concedute l’arme di casata se non com una sbarra attraversata: e sotto’ l vocabulo de figliuoli, non vengono cōpresi (sic): perche la legge non gl’ interpreta nati de padri certi, ma senza padri, e sono ripulsi da gl’ honori come vili, e dishonorati”.

²² DA LONGIANO. op. cit. 264.

milícia, os bastardos também não poderiam realizar um duelo, embora, com seus esforços pudessem se defender das injúrias sofridas²³. Por mais que exista a diferença de entendimento quando se trata da participação de um bastardo num duelo, tanto o jurista, quanto o professor de honra defendem e incentivam a possibilidade dos nascidos de pais desconhecidos melhorarem suas posições, valendo-se do esforço e da paciência.

Enquanto Fausto da Longiano não destoa de outros tratadistas no sentido de inculcar em seus leitores valores positivos, nesse caso, para os que são bastardos, Alciato não deixa de recordar que mesmo no caso de alguns juristas e doutores, a condição de ilegítimo não impossibilitou que nomes de primeira grandeza figurassem entre aqueles que lidavam com leis²⁴. Quando enfatizo as diversas maneiras que os dois autores trataram uma questão delicada, não foi para defender a ideia de que o direito ao duelo fosse algo secundário, não merecedor de atenção. Muito menos, afirmo que a teoria referente ao combate não seria importante nessas obras. O que tento mostrar aqui foi que a partir de uma importante questão teórica, todo um grupo social não deixou de ser levado em conta pelos autores. Desse modo, apesar das diferentes abordagens na hora de discutir o tema do duelo, encontram-se nesses livros certas tendências que inseriam escritores de diferentes origens em sintonia, ao menos no momento que algumas lições iam na direção de mostrar ao público estratégias para superar certas adversidades, possibilitando que a ascensão fosse alcançada. E não obstante todas essas diferenças entre os escritos dos juristas e cortesãos, podemos encontrar elementos que aproximam diretrizes opostas, não tanto para a defesa do duelo, mas sim, para o auxílio dos seus leitores no desenvolvimento de suas ações cotidianas.

Em suma, independente do ponto de partida ou referencial teórico de cada tratadista, a condição dos bastardos foi vista de forma semelhante pelos autores. Isso não quer dizer que todos os livros dedicados ao duelo prescreveram conselhos semelhantes, ou então, que o tópico que se ocupava de nascimentos ilegítimos estava nas preocupações de todos os escritores. Entretanto, pode-se afirmar que a recorrência desta questão em alguns impressos foi trabalhada de uma forma que tendia a construir mecanismos para os leitores se legitimarem em certos ambientes, apesar de carregarem todo um peso de não merecedores de tal ato. No caso de alguns nascimentos, a ideia de legitimação também poderia ter um caráter legal, isso porque, “se ambos os pais fossem solteiros, mas tivessem uma relação de longa data e monogâmica, a criança poderia ser legitimada, diferente de um caso de adultério, incesto ou uma relação passageira, onde o nascido não

²³ ALCIATO. op. cit. p. 24. “Pure in questa cosa molto e da concedere à la cōsuetudine, la quale nō sendo loro proprio delitto, ma si riaversi in laltrui (sic) colpa, ha permesso, che possino esser ascritti à la militia. Onde ne anche in Duello ponno essere per diritto ricasati se pero ne’l resto sieno huomini da bene, e bene allevati, e prōti d’ingegno, e di mano, e si muovino per proseguire l’ingiuria sua”.

²⁴ Ibid. p. 24.

teria essa possibilidade”²⁵. Ainda a respeito do reconhecimento das crianças nascidas fora de um casamento, para considerar um filho como natural (por parte do pai) numa relação concubinária, essa tinha que ser estável e única por parte de ambos os envolvidos²⁶.

Seja como for, temos que entender que o mero ato de uma criança ser legalmente aceita pelo pai, talvez não eliminasse totalmente o estigma de ter nascido de uma relação entre não casados, o que dizer então daqueles que eram fruto de relações consideradas impróprias. Isso nos leva a crer que tão importante quanto a possibilidade de ser reconhecido pela força da lei, criar por meio de uma cultura letrada a ideia de que a virtude e os atos valorosos serviriam como formas de superar os infortúnios causados pela bastardia, também auxiliou cortesãos que buscavam os meios de conquistar e proteger sua honra. Cabe ressaltar que esse reposicionamento de quem por nascimento corria riscos de ser excluído, poderia ter impacto não só nos considerados bastardos, mas também naqueles que não sofriam com essa classificação, mas conviviam com os de nascimento ilegítimo. Essa espécie de reorganização social, mesmo que não possa ser analisada no seu impacto nas relações diárias, nos indica os esforços de diversos tratadistas na direção de formularem mecanismos de acomodação e matização propostos a certos leitores para enfrentarem as disputas do cotidiano. Prova desta tentativa de enfrentamento já foi notada por parte da historiografia. Em alguns casos, bastardos eram incluídos em vinganças²⁷, “possibilitando-lhes, se necessário, apagar a estigma da sua bastardia”²⁸.

Embora nossos tratadistas não incentivassem estratégias tão radicais como as *vendettas* referidas acima, esse exemplo que hoje seria considerado extremo e sem razão, foi empregado como forma de superação de um estigma. Nesse contexto, quando nos tratados eram produzidas reflexões sobre esses sujeitos, formulavam-se modos de contornar um nascimento maculado, criando toda uma argumentação que convencia seus leitores da possibilidade desta mudança. Seja de um modo mais incisivo ou abrangente, utilizando exemplos do passado ou apresentando qualidades e virtudes como independentes do nascimento, tal qual proposto nos trabalhos dos tratadistas apresentados acima; ou então, seguindo um caminho mais discreto e até mesmo ambíguo como foi o caso de Possevino, que na sua breve explanação acerca do assunto, se preocupou mais em defender que os bastardos poderiam se considerar nobres não ‘perfeitos’²⁹.

²⁵ KUEHN, Thomas. *Family and gender in Renaissance Italy, 1300-1600*. Cambridge University Press, 2017. p. 72.

²⁶ HESPANHA, António Manuel. *Como os juristas viam o mundo 1550-1750: direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes*. Lisboa, 2015. p. 433.

²⁷ KUEHN (2002). op. cit. p. 96.

²⁸ DI BELLA, Maria Pia. *Name, blood and miracles: the claims to renown in traditional Sicily*. In. PERISTIANY, J. G.; PITT-RIVERS, Julian (Org). *Honor and Grace in Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 164. Apud. KUEHN (2002). Op. cit. p. 96.

²⁹ POSSEVINO, Antonio. *Dialogo dell honore*. Veneza: Gabriele Giolito de Ferrari, 1553. p. 223. “I bastardi in qualche modo possono chiamarsi nobili, nascendo di padre, ò di madre nobile perche questa nõ leggitima generatione macchia alquanto la
Revista Vernáculo n.º 49 – primeiro semestre/2022

Em suma, a necessidade de justificar e defender as qualidades dos nascidos dessa forma, estava presente nas preocupações de alguns tratadistas, indicando suas intenções no sentido de auxiliar os que padeciam nessa condição.

Referências

Fontes

- ALCIATO, Andrea. *Duello fato di latino a comune utilità*. Veneza: Comin da Trino di Monferrate, 1562.
- ATTENDOLO, Dario. *Il Duello di M. Dario Attendolo*. Veneza: Francesco Lorenzini da Turino, 1560.
- DA LONGIANO, Sebastiano Fausto. *Duello regolato a le leggi de l'honore*, Veneza: Vincenzo Valgrisi, [1551] 1552.
- MUZIO, Girolamo. *Il Duello*. Veneza: Gabriele Giolito de Ferrari e fratelli, 1550.
- POSSEVINO, Antonio. *Dialogo dell honore*. Veneza: Grabriele Giolito de Ferrari, 1553.

Bibliografia

- BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CAVINA, Marco. *Il sangue dell'onore: storia del duello*. Bari: GLF Editori Laterza, 2005.
- COHN, Samuel Kline. *Women in the streets: essays on sex and power in Renaissance Italy*. Baltimore: John Hopkins University, 1996.
- DI BELLA, Maria Pia. *Name, blood and miracles: the claims to renown in traditional Sicily*. In: PERISTIANY, J. G.; PITT-RIVERS, Julian (Org). *Honor and Grace in Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma história dos costumes* (Volume 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- HESPANHA, António Manuel. *Como os juristas viam o mundo 1550-1750: direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, ações e crimes*. Lisboa, 2015.

Nobiltà di modo, che assolutamente non si possono chiamar nobili, se bene in qualche modo son nobili. A quello che dice Aristotele, rispondo, che egli parla della nobiltà perfetta: e così é vero, che i bastardi non si possono chiamar perfettamente nobili: perche manca loro una condition di quelle, che mette Aristotele, cio è la leggitima generatione”.

Revista Vernáculo n.º 49 – primeiro semestre/2022

ISSN 2317-4021

KAWATA, Viviane da Cruz. *Soldado de Corte: estudo da Destreza em Espanha e Portugal no século XVII*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012, (339 f.).

KUEHN, Thomas. *Illegitimacy in Renaissance Florence*. The University of Michigan Press, 2002.

KUEHN, Thomas. *Family and gender in Renaissance Italy, 1300-1600*. Cambridge University Press, 2017.

MUCHEMBLED, Robert. *Uma História da Violência*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

RUFF, Julius. R. *Violence in Early Modern Europe 1500-1800*. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

Recebido em 23/06/21 aceito para publicação em 13/12/21.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 49 – primeiro semestre/2022

ISSN 2317-4021

Sexualidades em cena: da (hetero)normatividade ao queer em *The Rocky Horror Picture Show* (1975)

Sexualities on scene: from (hetero)normativity to queer in *The Rocky Horror Picture Show* (1975)

Felipe Daniel Ruzene¹

Resumo: Este texto visa apresentar a temática da sexualidade presente no filme *The Rocky Horror Picture Show* (1975) a partir da transformação experimentada pelas personagens principais, Brad e Janet. Ambos representam os padrões (hetero)normativos e monogâmicos, porém, a partir do contato com a pluralidade da micro-sociedade do castelo de Frank-N-Furter, passam por novas experiências e descobrem suas sexualidades e anseios. A escolha deste filme se deve ao fato dele subverter, veementemente, os padrões de normatividade e levar o público a se identificar com o “outro”. A dita “anormalidade” de seus personagens é abordada com muita naturalidade, ou mesmo, como algo preferível à normatividade vigente na sociedade. Produzido no contexto da contracultura, identificado entre os *midnight movies*, a obra é considerada, ainda hoje, como um grande símbolo dos movimentos minoritários e da comunidade LGBTQIA+.

Palavras-chave: História da Sexualidade; Cinema; Queer; Rocky Horror Show.

Abstract: This text aims to present the theme of sexuality present in the movie *The Rocky Horror Picture Show* (1975) from the transformation experienced by the main characters, Brad and Janet. Both represent the (hetero)normative and monogamous patterns, however, from the contact with the plurality of the micro-society of Frank-N-Furter's castle, they undergo new experiences and discover their sexualities and anxieties. The choice of this film is due to the fact that it vehemently subverts normative standards and leads the audience to identify with the “other”. The so-called “abnormality” of his characters is approached very naturally, or even as something preferable to the current normativity in society. Produced in the context of counterculture, identified among midnight movies, the work is still considered today as a great symbol of minority movements and the LGBTQIA+ community.

Keywords: History of Sexuality; Cinema; Queer; Rocky Horror Show.

*The Rocky Horror Picture Show*² é um filme britânico lançado em 1975, baseado em uma peça musical criada por Richard O’Brian. O roteiro narra a história do jovem casal Brad (Barry Bostwick) e Janet (Susan Sarandon) que acabam de ficar noivos. Para celebrar os dois decidem visitar o antigo professor de ciências que lhes havia apresentado, entretanto, o pneu do carro fura no meio da estrada e eles acabam tendo que se socorrer no bizarro castelo do Dr. Frank-N-Furter (Tim Curry), um cientista travesti que lhes convida para conhecer sua nova invenção: Rocky (Peter Hinwood), um homem artificial, loiro e musculoso, criado

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano (BAT). E-mail: felipe.ruzene@ufpr.br

² THE ROCKY Horror Picture Show. Direção: Jim Sharman. Roteiro: Richard O’Brien; Jim Sharman. Londres: 20th Century Fox, 1975. 1 DVD (100 min.).

para “aliviar sua tensão”.³ O casal, que a princípio só procurava um telefone para pedir ajuda, acaba tendo de dormir naquele lugar, onde são seduzidos pelo Dr. Furter, conhecem os segredos daqueles que residem no castelo e são transformados em *drag queens*. Durante este pernoite Brad e Janet passam por uma experiência ímpar que os leva a descobrir suas próprias sexualidades e experimentar vivências e sensações jamais imaginadas. A discussão sobre as sexualidades, bastante trabalhada pelo enredo da obra, não é nova à história da filosofia, está presente no pensamento de diversos pensadores desde o período Clássico, como Platão, Epicuro e Aristóteles, estendendo-se até a modernidade e contemporaneidade com Rousseau, Schopenhauer, Freud, Reich, Marcuse, Beauvoir, Foucault e Butler, por exemplo⁴.

O sucesso absurdo do musical o levou dos palcos para as telas de cinema. Apesar de não ter sido demasiado exitoso em sua bilheteria de estreia, com o passar do tempo o filme angariou um público cativo cada vez maior, tornando-se bem avaliado tanto pelos espectadores quanto por críticos especializados e indicado ao Prêmio Saturno⁵ na categoria de melhor filme, adquirindo, com isso, o título de filme *cult*. Uma autêntica obra da contracultura, a película é lida como uma grande celebração ao *queer*⁶, além de parodiar e homenagear os filmes B e os clássicos de terror e de ficção científica produzidos entre as décadas de 1930 e 1970, bem como serviu de forte inspiração ao *new queer cinema*⁷, despontado no âmbito do cinema independente dos Estados Unidos a partir dos anos 1990. O musical se tornou tão apreciado pelo público que em 2016, como celebração ao aniversário de quarenta anos do lançamento original, foi feita uma nova versão sob direção de Kenny Ortega e com a atriz trans Laverne Cox interpretando o Dr. Frank-N-Furter⁸.

Num momento em que personagens não normativas eram risíveis, motivo de chacota nas representações midiáticas, o enredo desta obra apresenta figuras fortes, seguras e orgulhosas em suas

³ FERNANDES, Thiago Spíndola Motta. A subversão da (hetero)normatividade no cinema americano: uma análise a partir de *Freaks* e *The Rocky Horror Picture Show*. *Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 234–251, 10 jan. 2017. p. 243.

⁴ Cf. CABRAL, Ronad Vieira; ROMEIRO, Artieres Estevão. Sobre a sexualidade controlada: poder e repressão sexual em Michel Foucault. *Educação*, Batatais, v. 1, n. 1, p. 87-106, jan./dez. 2011. p. 88.

⁵ O Prêmio Saturno (ou Saturn Awards) é uma premiação anual concedida pela Academia de Filmes de Ficção Científica, Fantasia e Horror dos Estados Unidos. O prêmio laureia os filmes, produções televisivas e os profissionais mais destacados dos gêneros de ficção científica, horror e fantasia.

⁶ Neste artigo seguiremos o recorte definido por Margarete Nepomuceno, a saber: “Quando recorto a figura dos queers, me refiro aos que estão encenando a mobilidade entre o feminino e o masculino, independente do sexo e do gênero experienciado no corpo”. NEPOMUCENO, Margarete Almeida. O colorido cinema queer: onde o desejo subverte as imagens. *II Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais*, João Pessoa, out. 2009.

⁷ “O termo *New Queer Cinema* foi assim determinado pela crítica de cinema e feminista norte-americana B. Ruby Rich, em um artigo publicado em 1992 na revista britânica *Sight & Sound*, onde a mesma buscava conceituar a efervescente produção cinematográfica com temáticas gays bastante difundidas nos circuitos e festivais de cinema independentes ou nos festivais de cinema exclusivamente GLBT” NEPOMUCENO, 2009, p. 2.

⁸ Cf. *THE ROCKY Horror Picture Show: Let’s Do the Time Warp Again*. Direção: Kenny Ortega. Produção: John Ryan. Roteiro: Richard O’Brien. Los Angeles: 20th Television, 2016. 1 DVD (95 min.).

características queer. Não obstante, até a década de 1990 vigorou o “pressuposto heterossexista”⁹ no interior das ciências sociais – defendia-se a tese da heterossexualidade como sinônimo da ordem social, de modo que os estudos a respeito da sexualidade e gênero terminavam mantendo e naturalizando a norma vigente. Até o ano de 1985 a homossexualidade estava arrolada na lista de doenças mentais pelo Conselho Federal de Medicina¹⁰ e até então as relações não heteronormativas eram vistas como uma questão epidemiológica, algo ampliado com a pandemia de HIV/Aids a partir de 1981¹¹. Assim, foi-se erigindo um discurso em que as questões de sexualidade eram subversivas e ameaçam a sobrevivência da sociedade, um perigo constante para a coletividade. Aludindo à obra de Engels e Marx, Nestor Perlongher¹² afirmou que “o espectro que ronda o ocidente” passou a ser justamente a revolução da sexualidade. De fato, ainda hoje somos rondados pelo temor que uma parte da população destina à figura fantasmagórica da “ideologia de gênero”¹³. Tal espectro é visto como “um inimigo a ser combatido por supostas pessoas de bem, as quais têm agido performaticamente como membros de uma espécie de cruzada moral”¹⁴. Destaca-se, neste contexto, a condição inovadora, subversiva e necessária desta obra, a qual criticava as ordens institucionais e as relações de poder vigentes na sociedade do período, levando-nos a contemplar como as múltiplas representações de gênero apresentadas no filme são revolucionárias para a época e discutem temas que ainda hoje permanecem atuais e necessários.

O estereótipo heterocisnormativo

Um grande clichê no cinema é a cena de casamento ou pedido em noivado no final de um filme romântico, é a perfeita representação da idealização de que os protagonistas viveram felizes para sempre. Contudo, em *The Rocky Horror Picture Show* (1975) este é o ponto de partida da história do jovem casal Brad e Janet. O filme vai além do esperado e nos apresenta os relatos a partir do pedido de noivado de Brad, quando Janet pega o buquê de flores no casamento de seus amigos. Em seu artigo, Tatiana de Araujo e

⁹ MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009. p. 151.

¹⁰ PERLONGHER, Nestor. Aids: Disciplinar os poros e as paixões. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 2, v. 2, dez. 1985. p. 35-37.

¹¹ Cf. PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 125-157, 2009.

¹² PERLONGHER, Nestor. *O que é aids?*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

¹³ Cf. BALIEIRO, Fernando F. “Não se meta com meus filhos”: da invenção à disseminação do fantasma da “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu: Debate - Quem tem medo de Judith Butler? a cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil*, Campinas, n. 53, 2018.

¹⁴ MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu: Debate - Quem tem medo de Judith Butler? a cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil*, Campinas, n. 53, 2018. p. 2.

Claudia Mayer¹⁵ abordam a simbologia do casal dentro da narrativa do roteiro, mostrando-os como uma paródia da heteronormatividade e, com o desenrolar da história, passam a representar a “quebra de binarismos de sexualidade e gênero no filme”¹⁶. Assim, Brad e Janet aparecem como um casal padrão, cujo puritanismo é amplamente trabalhado por meio do exagero, legítimos representantes das “leis do sexo”, conforme teorizado por Foucault¹⁷.

Logo na primeira cena, quando há o pedido de casamento em meio a um velório, Janet se mostra extremamente eufórica e excitada, ratificando a noção estereotipada da mulher que almeja profundamente o casamento, enquanto Brad se apresenta hesitante como se estivesse encurralado e aquela fosse a única alternativa. O pedido de noivado é repleto de dualidades, focando na “reafirmação da caracterização tradicional da cerimônia de casamento e outros significados sociais conectados ao evento, como casamento-morte, mulher-romantismo, homem-sexo”¹⁸. Quando Brad e Janet vão cumprimentar seus colegas agora recém-casados, Brad comenta que serão um ótimo casal, pois Ralph acabava de ser promovido e Beth era uma ótima cozinheira. Ou seja, ele era um bom partido por suas conquistas profissionais, enquanto ela por seus dotes domésticos¹⁹. Mais uma vez são reforçados estereótipos, apresentando o homem como provedor e a mulher como responsável pelos trabalhos domésticos e pelo cuidado com o marido e os filhos. Ademais, quando os dois partem para a noite de núpcias, lê-se escrito no carro: “*Wait til tonite - She got hers, now he'll get his!*”²⁰. Esta é outra referência a leitura do relacionamento heterossexual no qual o homem desempenha o papel de extremamente ligado ao sexo, enquanto a mulher almeja apenas o romantismo do casamento²¹ – o desejo sexual feminino se torna irrelevante, bem como o sentimentalismo é negado ao homem. Algo que, segundo Judith Butler²², é treinado desde pequeno por meio de uma educação da performance de gênero.

Esta autora indica ao fato de que o gênero não é um “atributo da pessoa”, contrariamente constitui um conjunto específico de relações, cultural e historicamente construídas. Em alusão às concepções foucaultianas, Butler bem nos rememora que as sexualidades, em suas mais variadas formas, são

¹⁵ MAYER, Claudia Santos; ARAUJO, Tatiana Brandão de. A normatividade e a norma: o queer em The Rocky Horror Picture Show. *I Encontro Internacional de Estudos da Imagem*, Londrina-PR, p. 3080-3091, maio 2013.

¹⁶ FERNANDES, 2017, p. 244.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 24.

¹⁸ MAYER; ARAUJO, 2013, p. 3086.

¹⁹ OLIVEIRA, Marina Ferraz de. The Rocky Horror Picture Show: A Trajetória de Janet. *Musicals: Utopias no audiovisual*, Rio de Janeiro, 6 ago. 2016. p. 3.

²⁰ “Espere até hoje à noite - Ela teve o dela, agora ele vai ter o dele!” [tradução minha].

²¹ OLIVEIRA, 2016, p. 2.

²² BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão de Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 26-29.

profundamente saturadas de poder²³. Estes dispositivos históricos de poder produzem sujeitos dóceis, disciplinados e governáveis, inclusive (e sobretudo) no que concerne às sexualidades²⁴. Sexualidades tais que representam uma dimensão ontológica²⁵ do ser humano que está muito avante das meras estruturas biológicas. Faz-se necessário superarmos a percepção de que sexualidade e sexo (órgão genital/relação sexual) são sinônimos perfeitos, de modo que se torna essencial analisar critérios, respostas e conceitos para superação do que se fala sobre as sexualidades apenas como genitalidade²⁶. De semelhante maneira, o filme vai além do sexo e representa como a “sexualidade constitui uma das intrigantes dimensões da condição humana, pessoal e social”²⁷.

Seguindo o enredo, Janet é uma personagem tímida e bastante afeita ao padrão ocidental de feminilidade. Desesperada para se casar, sua atitude é sonhadora, exagerada e bastante emotiva. Brad, por sua vez, é protetor, controlado e racional, mas têm dúvidas quanto ao matrimônio, por isso desvia de todas as tentativas de afeto de sua amada, sendo o noivado selado com não mais que um rápido beijo (apesar das investidas constantes de Janet). Em uma coisa, porém, parecem concordar, ambos vislumbram o casamento como o destino inevitável de seu relacionamento heteronormativo²⁸. Segundo Mayer e Araujo²⁹, o número musical encenado durante o pedido de noivado ratifica mais uma vez estes estereótipos. Brad canta reafirmando clichês sobre a força do amor, como a naturalidade do casamento na vida de qualquer adulto respeitável e marca sua insatisfação dizendo “*damn it, Janet, I love you*”³⁰, enquanto Janet celebra a direção em que se encaminha o relacionamento e canta “*Brad, I’m mad!*”³¹, caracterizando-se com o estereótipo da mulher apaixonada, excessivamente emocional. Toda esta representação da heterocisnormatividade, monogamia e dos estereótipos das performances de gênero se contrastam com a desconstrução e descoberta sexual que ocorreriam após o encontro com Frank-N-Furter³².

²³ BUTLER, 2003, p. 140.

²⁴ RIBEIRO, Paula Regina Costa. A sexualidade como um dispositivo histórico de poder. In: SOARES, G. F.; DA SILVA, M. R. S.; RIBEIRO, P. R. C. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais*. Rio Grande - RS: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2006. p. 101.

²⁵ Aqui entenda-se “Ontologia” como o estudo do ser enquanto ser, parte da natureza inerente de todos e cada um dos seres.

²⁶ CABRAL; ROMEIRO, 2011, p. 189.

²⁷ NUNES, 1996 apud CABRAL; ROMEIRO, 201, p. 90.

²⁸ OLIVEIRA, 2016, p. 2.

²⁹ MAYER; ARAUJO, 2013, p. 3086.

³⁰ “Droga, Janet, eu te amo” [tradução minha].

³¹ “Brad, estou louca!” [tradução minha].

³² FERNANDES, 2017, p. 242.

A subversão da norma e os queer

Antes de prosseguirmos convém abordar a teoria queer, visto que tal conceito é central ao que concerne a temática deste texto. De acordo com Richard Miskolci³³, a teoria queer emergiu nos Estados Unidos nos finais da década de 1980, “em oposição crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e gênero”. Apoiado em autores como Michel Foucault e Jacques Derrida, os teóricos queer compreendem a sexualidade como um dispositivo histórico do poder, sendo, portanto, uma construção social e histórica. Por conta de seus autores serem predominantemente dos Estudos Culturais, a teoria queer deu bastante atenção à análise de obras artísticas, cinematográficas e midiáticas de maneira geral. Segundo o sociólogo estadunidense Steven Seidman, o queer poderia ser identificada como um estudo “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais”³⁴. Ainda, é fundamental que entendamos a operação da heteronormatividade para a teoria queer que vai além da heterossexualidade compulsória. Nesta leitura a heteronormatividade é todo um agrupamento de normativas e obrigações, um aparato de poder, uma força normativadora que baseia os processos sociais de regulação e controle, inclusive para indivíduos que não sejam heterossexuais. Assim, a heteronormatividade se apresenta como um dispositivo histórico, cujo objetivo é formar todos os sujeitos para a reprodução dos padrões heterossexuais, de modo a organizar suas vidas a partir de modelos considerados “naturais” e ainda definir os arquétipos performáticos que cabem a cada um dos gêneros na lógica binária (masculino e feminino)³⁵. O termo “queer”³⁶ enquanto nomenclatura para designar esta linha de estudos surgiu apenas em fevereiro de 1990, quando foi empregado pela italiana Teresa de Lauretis em uma conferência apresentada na Califórnia. A palavra “queer” (comumente traduzida como “estranho”) já era utilizada na língua inglesa antes mesmo deste período, como uma forma pejorativa de se referir aqueles que fugiam aos padrões heteronormativos vigentes, um xingamento. Ao optar por aderir a esta nomenclatura depreciativa, os teóricos queer abraçaram também a ideia de subversividade e anomalia relacionados ao termo.³⁷ A respeito desta denominação escreveu Miskolci que:

³³ MISKOLCI, 2009, p. 150.

³⁴ SEIDMAN, 1996, p.13 *apud* MISKOLCI, 2009, p. 154.

³⁵ MISKOLCI, 2009, p. 157.

³⁶ Cf. O’ROURKE, Michael. Que há de tão queer na teoria queer por-vir? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 76, p. 127-140, 2006.

³⁷ PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos trópicos. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 371-394, jul.–dez. 2012. p. 372.

Os primeiros teóricos queer rejeitaram a lógica minorizante dos estudos socioantropológicos em favor de uma teoria que questionasse os pressupostos normalizadores que marcavam a Sociologia canônica. A escolha do termo queer para se autodenominar, ou seja, um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, servia para destacar o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização que, naquele momento, era focada na sexualidade³⁸.

Avançando no enredo, uma vez feito o pedido, Brad e Janet decidem visitar um antigo professor que lhes havia apresentado, Dr. Everett Scott, para contar as novidades e o convidar ao casório. Todavia, em outro grande clichê dos filmes, o pneu do carro fura em meio a uma tempestade e o casal é obrigado a se refugiar em um estranho castelo próximo à estrada. Um pequeno detalhe deste quadro chama atenção, uma placa que surge no caminho com os dizeres “*dead end*”³⁹ o que parece simbolizar “o caminho tradicional escolhido pelo casal na primeira cena, e que se fosse seguido, eles não teriam a possibilidade de conhecer outros possíveis caminhos”⁴⁰. Também, quando da necessidade de solicitar ajuda, Brad decide ir sozinho agindo como protetor e provedor, entretanto Janet decide o acompanhar. Não porque se julgasse útil, mas (já desempenhando seu papel de mulher passional, irracional e ciumenta) comenta que a dona do telefone naquele prédio anômalo poderia ser uma bela mulher, portanto não permitiria que o noivo fosse desacompanhado⁴¹. Brad e Janet seguem na chuva até o castelo, julgando, inocentemente, que logo achariam uma luz que seria a solução de seus problemas. Ao chegarem são recebidos por Riff Raff, um mordomo digno dos clássicos de terror do expressionismo alemão. Logo o casal percebe que chegou em meio a uma festa, a qual são apresentados por Riff Raff e sua irmã Magenta, uma empregada com intenções voyeurísticas⁴². O número musical (*Time warp*) é excêntrico e as feições de Brad e Janet são bastante exploradas pela direção enquanto observam assustados as danças e sapateados dos estranhos convidados. Estes *freaks* da mansão representam os mais diversos tipos de pessoas, apontando para a pluralidade que há além dos padrões normativos⁴³. Apresenta-se, sobretudo, o caso de Janet que diversas vezes desmaia horrorizada com o macabrismo que contempla, sendo rapidamente socorrida por seu noivo protetor⁴⁴. Em

³⁸ MISKOLCI, 2009, p. 151.

³⁹ A placa de trânsito “*dead end*” é bastante utilizada para indicar ruas sem saída, mas no filme parece fazer referência também ao final como o “até que a morte os separe”, conforme tradicionalmente expressado pelos noivos durante os votos de casamento. Assim, se o casal permanecesse na estrada das noções impostas pela sociedade viveriam cerceados pela heteronormatividade e monogamia de seu matrimônio até a morte.

⁴⁰ MAYER; ARAUJO, 2013 p. 3087.

⁴¹ OLIVEIRA, 2016, p. 3.

⁴² Conforme definição do Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, *Voyeur* é a pessoa que assiste, para sua satisfação, às manifestações de sexualidade de outrem. Como canta Magenta, durante o número musical *Time Warp*: “Com intenções voyeuristas, escondida, eu vejo tudo”.

⁴³ FERNANDES, 2017, p. 243.

⁴⁴ MAYER; ARAUJO, 2013, p. 3087.

meio a tamanha estranheza os noivos decidem abandonar o local, mas são surpreendidos pela enigmática figura do Dr. Furter.

Frank se apresenta durante o número *Sweet Transvetite*, identificando-se como um travesti da Transilvânia Transexual. Ele é decidido, com postura ativa e é admirado e cumprimentado por todos os presentes. Sua chegada se torna tão intrigante que Brad e Janet (que já estavam de saída), sem perceber, acabam permanecendo para solicitar a ajuda do enigmático anfitrião. Furter se direciona não apenas aos convidados, mas também ao casal e, inclusive, àqueles que assistem ao filme. Sua postura afirmativa exalta a diferença ante ao casal heteronormativo que o acompanhava hesitante⁴⁵. Reiteradamente a obra cinematográfica parece se referir ao espectador (ainda que nem sempre de maneira direta) visando criar um diálogo entre os acontecimentos do bizarro palácio e a realidade do período em que foi composta. A quebra da quarta parede, aquela que divide a ação dramática do assistente, acontece principalmente com a inserção de um criminologista que analisa os acontecimentos do enredo e atua como ícone metalinguístico. Esta personagem dialoga com o público, encara a câmera e adiciona outra camada ao filme, a partir da qual leva os espectadores a se defrontarem e se juntarem com Janet, Brad e Frank-N-Furter em sua odisseia rumo à revolução da sexualidade e subversão da normatividade. É o próprio criminologista quem encerra o enredo do filme, levantando os questionamentos e críticas finais, conectando a narrativa fictícia com a história da sexualidade e da construção dos discursos de poder em nossa sociedade.

Cabe ressaltar que, para a micro-sociedade do castelo (que não trazia consigo os padrões heteronormativos de comportamento) a diversidade da figura de Frank não representava estranheza. Apesar de sua aparência associada ao feminino, ele permanece sendo tratado por pronomes masculino pelas demais personagens do filme. Além disso, o cientista é simbolizado como bissexual, uma vez que se relaciona com quaisquer um dos gêneros ao longo da história. Segundo Fernandes⁴⁶, o mais prudente seria assumir que se trata de um indivíduo não binário de gênero fluido, pois não se encaixa nos padrões normativos dicotômicos de masculino ou feminino, migrando entre eles de acordo com o momento do filme ou com que personagem se relaciona. Neste contexto, o filme representa as “sexualidades ilegítimas” que, conforme nomeado por Foucault⁴⁷, dizem respeito àquelas que fogem ao leito conubial e à finalidade reprodutiva, assim vão possuir um espaço apartado e marginalizado, onde não incomodam o puritanismo moderno e seus decretos normativos.

⁴⁵ MAYER; ARAUJO, 2013, p. 3087.

⁴⁶ FERNANDES, 2017, p. 243-244.

⁴⁷ FOUCAULT, 1999, p. 10.

A sexualidade é, então, encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. [...] Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutra lugar⁴⁸.

No enredo do filme este espaço das ilegitimidades será o castelo de Frank, onde a liberdade sexual permitida a seus atores sociais se mostra distante ao estatuto normativo de sexualidade “contida, muda, hipócrita”⁴⁹. Ainda sim, a tese foucaultiana elucidada que, avante estes espaços segregados, impõem-se o tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo. Algo ratificado na obra cinematográfica investigada, uma vez que as práticas permitidas no âmbito interno ao castelo são profundamente embargadas em seus externos e por personagens que não compartilham das noções da micro-sociedade ali residente.

O preeminente conceito de Simone de Beauvoir nos apresenta que “ninguém nasce mulher, torna-se”⁵⁰. Judith Butler complementa-o afirmando que “não há nada em sua explicação [de Beauvoir] que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea”⁵¹. Assim, o gênero se constitui como uma construção performática definida pelo contexto histórico-social do indivíduo, não é, portanto, uma natureza biológica afeita aos corpos. Frank-N-Furter é a distinta representação desta teatralidade que é o gênero. Sendo ele uma personagem alienígena, não foi disciplinado na binariedade da performance de gênero e, por isso, sua identidade e sexualidade não representam um tabu para a micro-sociedade de seu castelo – aliás, o filme representa bem as questões dos tabus⁵² ao apresentar, por exemplo, a naturalidade com que os irmãos Magenta e Riff Raff comentam o seu relacionamento incestuoso. Não obstante, os visitantes, Janet e Brad, frutos da heteronormatividade vigente, estranham, resistem e assustam-se ante à imagem de Frank. Entretanto, é a partir deste contato que os protagonistas têm uma experiência de descoberta da própria sexualidade.

Thiago Fernandes (2017) se atenta ao detalhe de que o casal, após conhecer o cientista e antes de seguir os criados até o laboratório, é primeiro despido. O que pode aparentar ser mera preocupação com suas roupas molhadas pela chuva é, em verdade, uma representação da transformação que se segue:

⁴⁸ FOUCAULT, 1999, p. 9-10.

⁴⁹ FOUCAULT, 1999, p. 9.

⁵⁰ BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. p. 9.

⁵¹ BUTLER, 2003, p. 27.

⁵² “Tabus são regras estabelecidas para ações inaceitáveis, ou seja, indesejável de uma tribo ou sociedade. Para Freud o primeiro tabu é o incesto” (ROMEIRO, 2010 p. 52).

Frank os faz tirarem suas roupas, sendo esse um rito inicial para a quebra de sua pureza, podendo ser lido também como a remoção da máscara que os cobre e os molda como seres heteronormativos. A partir de então, estão livres para se entregarem a seus prazeres.⁵³

Após chegarem ao laboratório de Frank são apresentados a Rocky⁵⁴, o recém inventado homem artificial, criado pelo cientista para lhe satisfazer sexualmente. O doutor deixa suas intenções bastantes claras ao subverter as ideias e cantar para Rocky que “*In just seven days, I can make you a man*”⁵⁵, clara alusão às propagandas do fisiculturista italiano Charles Atlas⁵⁶. A posteriori, Brad e Janet se veem obrigados a passar a noite na mansão, evidentemente, dormindo em quartos separados, para evitar as tentações. Todavia, poucas horas depois de ficarem noivos, ambos são seduzidos por Frank-N-Furter, com quem têm relações⁵⁷. Primeiro, Frank vai até Janet que inicialmente se assusta, mas com a promessa de segredo se entrega ao novo amante. Após o ocorrido, Janet foge pelo castelo arrependida de sua traição, todavia encontra as câmeras de segurança e descobre que o noivo também estava lhe traindo com o Dr. Frank. Desesperada, ela vai até Rocky, a quem se entrega de maneira mais intensa, durante uma canção bastante clara (*Touch-a, Touch-a, Touch Me*)⁵⁸. Neste arco o filme bem elucida, em consonância com a análise foucaultiana, que o sexo extrapola a significação habitualmente apresentada pelos padrões sociais, de modo que:

há que se buscar uma nova postura nas relações sociais e produções de vida uma nova significação da sexualidade, pois o sexo exige de cada ser humano uma compreensão e várias interpretações de todas as suas energias e potencialidades. Não se trata, portanto de apresentar padrões sexuais, mas sim de compreender que a vida é inteira sexualidade.⁵⁹

Adiante, porém, o ato de Janet e Rocky é surpreendido por Frank, Brad e Dr. Scott, que acabava de chegar à mansão na procura de seu sobrinho Eddie, morto horas antes pelo Dr. Furter, que havia usado seu

⁵³ FERNANDES, 2017, p. 244.

⁵⁴ A produção desta personagem é uma clara alusão a obras como “Frankenstein” e “O médico e o monstro”, mas neste caso sua criação se deu com fins sexuais. Rocky foi feito para “aliviar a tensão” de Frank, como ele próprio diz.

⁵⁵ “Em apenas sete dias eu posso te fazer um homem” [tradução minha].

⁵⁶ Charles Atlas ficou famoso por vender apostilas e revistas em que prometia, com dieta e exercícios, fazer de qualquer pessoa um verdadeiro homem em apenas uma semana. No filme este padrão idealizado vendido por Atlas é subvertido e ganha conotações sexuais, ao mesmo passo, edifica-se uma crítica ao modelo heterocisnormativo e estereotipado de masculinidade. Há, ainda, outras duas menções ao fisiculturista ao longo deste número musical, Dr. Frank menciona que Rocky era merecedor do selo de aprovação de Charles Atlas por sua beleza física, ademais é notável o vitral acima do leito nupcial que estampa o Titã Atlas, da mitologia helênica, carregando o mundo sob suas costas.

⁵⁷ FERNANDES, 2017, p. 244.

⁵⁸ “Dessa vez Janet se entrega mais intensamente, canta Touch-a, Touch-a, Touch Me, cujos versos dizem ‘eu provei sangue e quero mais’ e ‘me toque, eu quero estar suja’. Cf. FERNANDES, 2017, p. 244.

⁵⁹ CABRAL; ROMEIRO, 2011, p. 104.

cérebro na criação de Rocky. O filme se desenrola em um conflituoso jantar, após o qual, furioso, Frank transforma todos em estátua e depois os arranja sobre um palco para fazer um show.

Na cena seguinte os personagens são transformados em pessoas novamente, porém todos estão vestidos com roupas femininas e maquiagens pesadas, no mesmo estilo de Frank, e são obrigados a participar de um show de cabaré, no qual dançam e cantam sobre sua experiência de liberdade sexual com Frank e sobre como suas vidas mudaram. Os personagens aceitam sua condição *queer*, Janet canta sobre como se sente livre e Brad pede ajuda para sair daquele sonho, mostrando ainda certa resistência, mas, ao mesmo tempo, afirma se sentir *sexy*. O clímax acontece quando Frank se junta ao grupo e todos pulam juntos na piscina, iniciando uma orgia sem limites de gênero.⁶⁰

Janet é a personagem que mais se destaca em sua transformação. Ela canta como se sente livre e realizada, como sua confiança aumentou e afirma: “*My mind has been expanded, It's a gas that Frankie's landed. His lust is so sincere*”⁶¹. Por outro lado, Brad implora para que aquele sonho fosse embora e termina clamando por sua mãe, mostrando como a personagem do rapaz não estava pronta para aquela experiência, apesar dele se sentir *sexy* naquelas roupas que o traveste. O professor Everett Scott, aquele que representa a verdade científica no filme, encarna muito bem o conceito foucaultiano de “*scientia sexualis*”⁶². O doutor vê nas práticas dos residentes do castelo (incluindo o próprio sobrinho, Eddie) o fruto de uma “deformação” de suas mentes fracas, um distúrbio que os domina, não um pecado ou contravenção, mas uma patologia. Neste sentido, o professor canta que: “*I've got to be strong and try to hang on/ Or my mind may well snap*”⁶³. Esta personagem expõe antigos preconceitos sob novos discursos, a tradição repressiva⁶⁴ dá espaço à vontade de saber do cientificismo moderno (*scientia sexualis*). A respeito deste conceito, Ronad Cabral e Artieres Romeiro sintetizam que:

Foucault descreve a “*Scientia Sexualis*” enquanto mecanismo de controle da sexualidade, por meio do discurso descritivo científico, ou seja, historicamente um dos grandes procedimentos da produção de verdade. No ocidente onde se estalou a “*Scientia Sexualis*”, a confissão já era algo central na produção de saberes do sexo existindo certa obrigação internalizada de desvelar os segredos do sexo. Tal fato fica explícito na confissão do prazer (ora ao sacerdote e ora ao médico ou psicólogo).⁶⁵

⁶⁰ FERNANDES, 2017, p. 245.

⁶¹ “Minha mente foi expandida, é um gás que Frank lançou. Sua luxúria é tão sincera” [tradução minha].

⁶² FOUCAULT, 1999, p. 53.

⁶³ “Eu tenho que ser forte e tentar me segurar/ Ou a minha mente pode muito bem surtar” [tradução minha].

⁶⁴ Alusão à “hipótese repressiva” que defende a leitura de que entre o sexo e o poder há uma relação de repressão (FOUCAULT, 1999, p. 13). Na análise de Foucault (1999, p. 17) a repressão é tão somente uma peça que têm “uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso”.

⁶⁵ CABRAL; ROMEIRO, 2011, p. 101.

Para Michel Foucault, durante o século XVI e XVII, a sociedade ocidental erigiu vários discursos voltados à definição do sexo, surgiu, portanto, uma sociedade confessada: “o ser humano se torna um ser confidente, onde o centro da matéria da confissão são os ‘pecados’ relacionados ao sexo, trazendo à tona o que está totalmente oculto”⁶⁶. Logo, a partir do diálogo a respeito do sexo, o poder social sobre ele se solidificou e produziu uma pretensa verdade do sexo. Inicialmente, este lugar para confissão dos pecados do sexo era a esfera religiosa, todavia com a *morte de Deus*⁶⁷ a sociedade confessada atualizou suas perspectivas, passando a regular a sexualidade na esfera científica. O sacerdote, que anteriormente regulava os discursos e concedia divino perdão às falhas sexuais cometidas pelos fiéis, dá lugar ao médico/cientista, que regula os discursos buscando uma cura (farmacológica ou terapêutica) para as patologias vivenciadas pelas mentes desreguladas – eis, portanto, resumidamente, o conceito foucaultiano de *scientia sexualis*.

O Dr. Frank, em meio à orgia iniciada, deixa como recado final: “*Give yourself over to absolute pleasure [...] Don’t dream it, be it*”⁶⁸. A performance é, então, interrompida por Riff-Raff e Magenta que se revelam alienígenas do planeta Transexual na distante galáxia de Transylvania. Ambos, já fartos de aguardar o retorno para casa, acabam matando a todos e regressam a seu planeta natal no castelo que era, na realidade, uma nave espacial. A morte do Dr. Frank-N-Furter é particularmente interessante para análise, uma vez que, nas palavras de Riff-Raff, o cientista deveria ser morto porque “seu estilo de vida é muito extremo” e por representar uma ameaça à sociedade por sua “perversidade”. Deste modo, a morte desta personagem (principal representante dos *queer* dentro da obra), deve-se a narrativas que se assemelham aos discursos de ódio ainda vigentes contra a diversidade de gênero e sexualidade, representando as realidades de violência contra aqueles que fogem à norma. Apenas Dr. Scott, Brad e Janet são liberados, mas, uma vez que o palácio se lança no espaço, o casal se vê desolado de volta ao mundo heterocisnormativo que condena suas novas experiências⁶⁹, espaço em que o sexo é reprimido, fadado à inexistência e ao mutismo⁷⁰.

⁶⁶ CABRAL; ROMEIRO, 2011, p. 102.

⁶⁷ O filósofo prussiano Friedrich Nietzsche (1844-1900) constata em sua obra o que nomeou de “*Morte de Deus*”, o pensador usou a frase para expressar e criticar a ideia de que o Iluminismo havia sobreposto o dogma incondicional em Deus. Assim, fundamenta-se que a teologia (saber religioso) havia sido consumida pela ciência (saber técnico). O conceito de Deus estar morto é tratado em duas de suas principais obras: Cf. NIETZSCHE, Friedrich. *Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁶⁸ “Entregue-se ao prazer absoluto [...] não sonhe, seja” [tradução minha].

⁶⁹ FERNANDES, 2017, p. 245.

⁷⁰ FOUCAULT, 1999, p. 12.

Considerações finais

No começo do filme, Brad e Janet são um casal heteronormativo “padrão”, sem qualquer “desvio de conduta”. Algo que fica evidente quando Frank pergunta se eles possuem tatuagens e Brad, furioso, responde que certamente não possuem, ou quando o doutor questiona a Janet o que achava de Rocky e, buscando a aprovação do noivo, ela responde que não gosta de rapazes com muitos músculos. O roteiro deixa bastante claro que o casal não tolera características que desviem dos padrões convencionais. Ainda sim, todo o filme é uma grande subversão de seus papéis, alteração que se inicia a partir do momento que conhecem Frank-N-Furter, quando Brad se entrega a uma relação homoafetiva e Janet trai o noivo duas vezes, descobrindo assim sua sexualidade, outrora latente. Em sua *História da Sexualidade*, Foucault⁷¹ destaca a ligação entre poder, saber e sexualidade, relação que só poderia ser dissociada a partir da transgressão das leis, suspensão das interdições, irrupção com a palavra e restituição do prazer. Coincidentemente, é esta transgressão/subversão que se constrói ao longo do enredo da obra cinematográfica investigada, onde os mecanismos de poder e as construções normativas são diluídas a medida em que Brad e Janet desenvolvem contatos com a micro-sociedade *queer* do palácio de Frank-N-Furter. Ainda, cabe ressaltar, a representação de Frank foge àquelas estereotipadas da época, quando “o cinema hollywoodiano desdenhava da homossexualidade como um objeto ridículo, um objeto cômico”⁷². A personagem é forte, decidida, poderosa, inteligente, engraçada, mas não risível ou uniformizada. Ademais, o filme se tornou um sucesso bastante eclético (diferentes de outros que eram produzidos por e destinados para membros da comunidade LGBTQIA+⁷³), conseguiu alcançar os mais diversos públicos.

Em suma, *The Rocky Horror Picture Show* (1975) apresenta uma grande alegoria da desconstrução do heteronormativo, criticando os padrões vigentes de masculinidade e feminilidade e, por isso, mostra-se um terreno fértil para investigações sobre a artificialidade das construções de gênero e sua diversidade. Como um eminente representante da contracultura, o filme se opõe às normas e padrões estabelecidos pela nossa sociedade, que aparece como um poder tácito que sempre moldou os hábitos, costumes, valores e tradições, criando uma cultura hegemônica: patriarcal, racista e heteronormativa. Cultura tal que se apresenta insuficiente frente à pluralidade e à diversidade da realidade, por isso o filme busca retratar a desconstrução do normativo, expondo personagens periféricos e revelando os anseios sigilosos que são encobertos pela padronização imposta aos indivíduos.

⁷¹ FOUCAULT, 1999, p. 11.

⁷² PAIVA, Cláudio Cardoso de. Imagens do homoerotismo masculino no cinema: um estudo de gênero, comunicação e sociedade. *Bagoas estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal-RN, v. 1, n. 1, p. 1-16, nov. 2012. p. 8.

⁷³ Cf. BESSA, Karla. Os festivais GLBT de cinema e as mudanças estético-políticas na constituição da subjetividade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 257-283, jan./jun. 2007.

Referências

- BALIEIRO, Fernando. “Não se meta com meus filhos”: da invenção à disseminação do fantasma da “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu: Debate - Quem tem medo de Judith Butler? a cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil*, Campinas, n. 53, 2018.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução: Sérgio Millet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. v. 2.
- BESSA, Karla. Os festivais GLBT de cinema e as mudanças estético-políticas na constituição da subjetividade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 257-283, jan./jun. 2007.
- BUTLER, Judith. Critically Queer. *GLQ: a journal of lesbian and gay studies*, Durham, v. 1, p. 17–32, nov. 1993.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão de Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CABRAL, Ronad Vieira; ROMEIRO, Artieres Estevão. Sobre a sexualidade controlada: poder e repressão sexual em Michel Foucault. *Educação*, Batatais, v. 1, n. 1, p. 87-106, jan./dez. 2011.
- FERNANDES, Thiago Spíndola Motta. A subversão da (hetero)normatividade no cinema americano: uma análise a partir de *Freaks* e *The Rocky Horror Picture Show*. *Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 234–251, 10 jan. 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- MAYER, Claudia Santos; ARAUJO, Tatiana Brandão de. A normatividade e a norma: o queer em *The Rocky Horror Picture Show*. *I Encontro Internacional de Estudos da Imagem*, Londrina-PR, p. 3080-3091, maio 2013.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.
- MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu: Debate - Quem tem medo de Judith Butler? a cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil*, Campinas, n. 53, p. 1-14, 2018.
- NEPOMUCENO, Margarete Almeida. O colorido cinema queer: onde o desejo subverte as imagens. *II Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais*, João Pessoa, out. 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Marina Ferraz de. *The Rocky Horror Picture Show: A Trajetória de Janet. Musicais: Utopias no audiovisual*, Rio de Janeiro, 6 ago. 2016.

O'ROURKE, Michael. Que há de tão queer na teoria queer por-vir? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 76, p. 127-140, 2006.

PAIVA, Cláudio Cardoso de. Imagens do homoerotismo masculino no cinema: um estudo de gênero, comunicação e sociedade. *Bagoas estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal-RN, v. 1, n. 1, p. 1-16, nov. 2012.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 125-157, 2009.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos trópicos. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 371-394, jul.–dez. 2012.

PERLONGHER, Nestor. Aids: Disciplinar os poros e as paixões. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 35-37, dez. 1985.

PERLONGHER, Nestor. *O que é aids?*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. A sexualidade como um dispositivo histórico de poder. In: SOARES, G. F.; DA SILVA, M. R. S.; RIBEIRO, P. R. C. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais*. Rio Grande - RS: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2006. p. 98-107.

ROMEIRO, A. E. *Schopenhauer e a metafísica da vontade: confluências éticas e estéticas para uma abordagem da educação e da sexualidade*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 150, 2010.

THE ROCKY Horror Picture Show. Direção: Jim Sharman. Roteiro: Richard O'Brien; Jim Sharman. Londres: 20th Century Fox, 1975. 1 DVD (100 min.).

Recebido em 03/01/22 aceito para publicação em 02/02/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Amadeu Amaral: História e trajetória intelectual

Amadeu Amaral: History and intellectual trajectory

Grasiele Silva Amorim¹

Daniel Marra²

Resumo: Mostra-se neste artigo a história e trajetória intelectual de Amadeu Amaral, expoente da literatura brasileira pré-modernista, enfatizando sua posição de destaque nas diversas instituições em que atuou e investigando o contexto sócio-histórico-intelectual que permitiu a emergência de seus estudos e das obras que produziu. Amaral teve importantes participações no cenário político nacional e no movimento modernista de 1922. Sua literatura se caracteriza, principalmente, por sua inserção nos estudos folclóricos, e seu passeio pela dialetologia garantiu-lhe um lugar de destaque entre os pesquisadores de sua época.

Palavras-chave: Amadeu Amaral, Trajetória Intelectual, Política, Folclore, Dialetologia

Abstract: This article shows the history and intellectual trajectory of Amadeu Amaral, an exponent of pre-modernist Brazilian literature, emphasizing his prominent position in the various institutions in which he worked and investigating the socio-historical-intellectual context that enabled the emergence of his studies and the works he produced. Amaral had important participations in the national political scene and in the modernist literary movement. His literature is mainly characterized by its insertion in folkloric studies, and his journey through dialectology guaranteed him a prominent place among the researchers of his time.

Keywords: Amadeu Amaral, Intellectual Trajectory, Politics, Folklore, Dialectology

Amadeu Ataliba Amaral Leite Penteado nasceu em 6 de novembro de 1875, mesmo ano em que o estado de São Paulo foi fundado. Viveu toda sua infância e estudou o curso primário em Capivari, sua cidade natal. O pai fundou, nos fundos de casa, a *Gazeta de Capivari*, de tendência republicana. A partir de então, foi dono de vários jornais em momentos distintos e em cidades diferentes. Amaral herdou do pai, conforme revela Damante (1949, p. 67), “o gosto pelos misteres de homem de jornal”.

Desse convívio com as letras, formou-se o poeta e escritor que, posteriormente, influenciaria os rumos da literatura de sua época. Influenciado pela carreira jornalística, em 1899, Amaral já trabalhava no Correio Paulistano, onde publicou “*Urzes*” – um livro de versos, obra que o consagrou como poeta, tornando-o um dos líderes paulistas das letras. Amaral se casou com Ercília Vaz do Amaral com quem teve quatro filhos.

No âmbito intelectual, destaca-se a trajetória de Amaral pelas diversas posições de destaque que ocupou nas instituições pelas quais passou. Com isso, este artigo posiciona esse autor em seu tempo e no

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/IFTO, Porto Nacional, Tocantins, Brasil; mestre em estudos linguísticos pela UFT Porto Nacional; grasy-amorim@hotmail.com

² Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/IFTO, Palmas, Tocantins, Brasil; Doutor em Letras e Linguística pela UFG Goiânia GO; delmarra2004@hotmail.com

espírito da época que permitiu a emergência de sua vasta produção intelectual. Além de escrever para os jornais do pai, Amaral ingressou na Repartição de Polícia, ascendendo ao posto de Oficial de Gabinete; trabalhou no jornal *São Paulo* ao lado de um grupo de intelectuais, chegando ao cargo de diretor do jornal; em São Carlos, dedicou-se ao magistério primário em uma escola da cidade, ao mesmo tempo em que foi redator do *Correio de São Carlos* e dava aulas particulares. De todos esses trabalhos, Amaral exonerou-se. Talvez, o caso de maior destaque, foi quando ele abandonou o cargo de secretário da Comissão Diretora do Partido Republicano porque não quis ferir seus princípios ao ser solicitado a redigir um ofício com cujo teor não concordava (cf. Duarte, 1976).

Após suas frustrações em São Carlos (dentre as quais, destaca-se a malsucedida criação da Vila Hansen, destinada à assistência a leprosos que viviam abandonados), Amaral retornou a São Paulo para trabalhar no *Comércio de São Paulo*, jornal em que publicou vários artigos e crônicas: umas com tom de crítica; outras com teor político; algumas delas assinadas com o pseudônimo de “Maneco”. Depois de uma vasta e próspera produção, ele teve de se ausentar novamente de São Paulo para cuidar da saúde debilitada.

Na Revista “Queixoso”, produziu poesia satírica e humorística, mostrando-se versátil como escritor. Escreveu também, sua primeira obra em prosa, “Memórias de um passageiro de bonde”. Para a revista Brasil, que ajudou a fundar, colaborou com textos em prosa que resultaram nas obras “Espumas” (1917), “O Dialeto Caipira” (1920), “Letras Floridas” (1920), “O Elogio da Mediocridade” (1924), e “Tradições Populares” (1948), essa última publicada postumamente.

Amaral colaborou com diversos outros jornais e revistas do Brasil e teve alguns trabalhos de autoria não reconhecida pela falta de identificação. Também fez uso de diversos pseudônimos como Felício Trancoso, Carlos Pinto, Maneco, Yorick, AA e Y.

Amaral também apoiou a criação da Academia Paulista de Letras (APL), fundada em 27 de novembro de 1909, pelo médico Joaquim José de Carvalho e, mesmo não participando da solenidade de abertura, passou a ocupar a cadeira de número 33. É nesse período de autonomia intelectual que vivenciou dois fatos relevantes de sua biografia: a entrada para a redação de *O Estado de São Paulo* e a publicação do seu segundo livro de versos, *Névoa* (1902). Em 1918, seu amigo Olavo Bilac morreu e, um ano depois, Amaral o sucedeu na Academia Brasileira de Letras (ABL). Apesar da calorosa recepção nessa instituição, Amaral precisou se dedicar à campanha política em sua cidade natal e só pôde participar efetivamente da ABL em 1923.

Nesse ano, depois de já ter publicado quatro obras de prestígio: “A pulseira de ferro”, “um soneto de Bilac”, “Letras Floridas” e “O Dialeto Caipira”. Mudou-se para o Rio de Janeiro e trabalhou na Gazeta de Notícias, onde teve uma vasta produção, tornando-se secretário e, posteriormente, diretor, cargo que deixou por indisposições políticas. No ano seguinte, 1924, publicou três importantes obras: “O Elogio da

Mediocridade”, “Luís de Camões” e “Lâmpada Antiga”, o seu último livro de versos, tendo sido esse, de acordo com Duarte (1976), o período em que Amadeu mais se relacionou com a Academia Brasileira de Letras.

Na contramão da ascensão da ABL, a Academia Paulista de Letras quase desapareceu por falta de atividades, porém Amaral não mediu esforços para reavivá-la. Apesar de todos os seus esforços, seu nome praticamente não foi lembrado, nem mesmo nas cerimônias de celebrações e comemorações, salvo no dia da sua morte, em 24 de outubro de 1929, poucos dias antes de completar 54 anos, quando os devidos tributos foram prestados não só pela ABL e APL, como também, pela imprensa e associações das quais ele fazia parte.

Damante (1949) faz menção ao esquecimento do autor após sua morte, argumentando que, “Amadeu é uma figura apaixonante”. Mesmo assim, pouco mais de três lustros transcorridos desde a sua morte, um véu de esquecimento caíra sobre seu nome” (DAMANTE, 1949, p. 65). Certamente, esse esquecimento não resistiria ao tempo e o nome de Amaral seria referenciado em diversos trabalhos de linguística, literatura e folclore devido à importância de sua ampla produção intelectual.

Conforme evidenciado acima, a vida de Amadeu Amaral foi marcada pelo seu envolvimento, não só com o jornalismo e com a escrita de obras importantes, mas também com diversas outras áreas. Essa é, sem dúvida, uma forte característica dos intelectuais de sua geração, conforme assinala Orlandi (2001):

Os autores no século XIX, são também professores, escritores, historiadores ou jornalistas, ocupando assim uma dupla posição institucional. É, pois, de mais de um lugar que eles operam na produção dos efeitos de sentido da brasilidade [...] estas diferentes posições de autores significam implicitamente que a língua, a história, a literatura desempenham, a partir de um mesmo lugar, um papel na formação do Brasil” (ORLANDI, 2001, p. 28).

A busca por uma identidade nacional é fator marcante dessa época. Dentro do contexto histórico-social-ideológico que envolve a produção de Amaral, desenvolve-se aqui o argumento de que o autor está inserido em uma teia de relações, próprias de sua geração, que acaba por influenciar o modo como ele escreve e, por conseguinte, as circunstâncias em que sua principal obra, *O Dialeto Caipira*, emerge como um objeto de estudo do autor.

Alguns fatos marcantes da vida de Amadeu Amaral estão envoltos em seu posicionamento frente a um movimento marcante da literatura brasileira, o Modernismo. Apesar de não pertencer à geração de jovens modernistas, foi um grande influenciador e manteve um bom relacionamento com os participantes do movimento que ascendia mediante ao entusiasmo característico da juventude da época.

Além do seu comprometimento com os estudos folclóricos e dialetais que formaram a identidade nacional brasileira, esse intelectual submergiu também, no universo da política. Sua atuação nessa área

implica todo um sentimento de defesa do interior e, do sujeito caipira, evidenciando o principal foco dos seus estudos.

Amadeu Amaral e o movimento modernista de 1922

O ano de 1922 foi um marco na vida de Amaral: a Semana de Arte Moderna provocou um turbilhão de acontecimentos e movimentações políticas, sociais e artísticas. Segundo Pagotto (2001, p. 53), “a redescoberta do Brasil pela literatura em 22 está associada à descoberta do Brasil por vários ramos do conhecimento, entre eles o linguístico”. Os jovens escritores se assumiram como agentes dessa ebulição e a geração anterior de intelectuais olhava à distância reagindo contra o movimento. Amaral acompanhava de perto esse movimento, esperando o momento certo para se posicionar. Quando finalmente se posicionou, assinalaria que “não convém deixar que as ideias caminhem sem acompanhá-las, ir-lhes ao fundo, verificar o que vales. Se são boas, devemos-lhes adesão. Se más, cumpre combatê-las” (AMARAL (1922) *apud* DUARTE, 1976, p. 117).

O posicionamento da ABL era contrário a qualquer influência modernista, salvo Graça Aranha, vítima de críticas dos colegas imortais por declarar laços com a modernidade. A maioria dos intelectuais que compunham a ABL julgava passageiro todo esse movimento, além de haver, entre eles, um receio de que nada deixaria de valor e que não passaria de um excesso de rebeldia.

Por mais “estranho, excessivo” que fosse o movimento moderno no Brasil, explodido, em S. Paulo no ano de 1922, por muito que parecesse condenado a “passar velozmente sob a reprovação e a indiferença do público sem ter produzido nada que se visse àquele momento, produziu na realidade, “algo” que, àquele momento, não se via: produziu essa “modificação indefinível, mas real da sensibilidade contemporânea” do Brasil, produziu uma insopitável “excitação de curiosidade num sentido dantes insuspeitável (DUARTE, 1976, p. 123-124).

Como toda nova tendência é rejeitada à primeira vista, é compreensível os acalorados comentários das gerações conservadoras, todavia, essa transição foi um momento que possibilitou várias reflexões. Amaral, por exemplo, escreveu críticas a algumas obras que se autointitulavam modernas, ora com um tom de elogio, ora de aconselhamento, dentre elas, “Jardim das Confidências”, de Ribeiro Couto, “Pauliceia Desvairada”, de Mario de Andrade e “Epigramas Irônicos e Sentimentais”, de Ronald de Carvalho, a quem Amaral denomina “moço cheio de talento e de legítimas aspirações” (DUARTE, 1976, p. 128). No entanto, a crítica daquele que, mesmo pertencendo à geração anterior, já havia compreendido o efervescente momento, era de que esses, perambulavam entre aspectos decadentes e atuais, entre o clássico e o moderno.

Nesse período, Amaral já não era tão jovem; como já dito, sentia a necessidade de acompanhar tudo o que ocorria nas artes da época, conforme destaca Duarte (1976): “Amadeu em vez de xingar, como os

outros, aplaudiu e disse: fez muito bem! E talvez pensasse: Pudesse eu fazer o mesmo concretamente, estaria ao lado deles (DUARTE, 1976, p. 133). Esta afirmação de Duarte corrobora o apoio de Amaral ao eminente movimento, o que não agradou seus contemporâneos. Por esse motivo, Menotti Del Picchia, utilizando o pseudônimo “Hélio”, produziu uma crônica em que criticava veementemente a posição de Amaral frente ao movimento moderno, saudando-o como “apóstata do parnasianismo” (DUARTE, 1976, p. 148), para se juntar ao “ismo” mais recente³. A réplica de Amaral vem em um artigo intitulado *Poesia velha, Poesia Nova, Poesia Eterna*, em que ele justifica que “o parnasianismo ia em franca decadência”, uma “simples e vulgar observação”. Nessa réplica, Amaral vai além do que seus críticos esperavam, quando afirma que não poderia ter abandonado o parnasianismo, visto que ele nunca se considerou um parnasiano.

Em defesa de Amaral, Duarte declara, que o autor não se encaixava em nenhuma escola, tão pouco, demonstrava preferências.

Amadeu na realidade nunca pertenceu a nenhuma escola. Com um pouco de análise poderia mesmo ser dado como um precursor dos modernos, embora ele repita sempre e reitere em *Poesia de Ontem e de Hoje* depois de frisar ainda uma vez, que nunca fizera profissão de fé parnasiana (DUARTE, 1976, p. 149).

É significativo destacar aqui, uma afirmação de Pagotto em relação ao que foi o movimento modernista, que dá pistas da não “profissão de fé parnasiana” de Amaral.

O modernismo de 22 foi um movimento que, entre outras coisas, recolocou a prática linguística brasileira, em oposição a uma prática linguística tradicional, a norma culta tal como fora codificada. Trata-se de um momento que um certo conjunto de valores com relação a língua é posto em xeque, procurando-se abrir a possibilidade do texto literário para o português falado no Brasil. O modernismo é visto, em consequência disto, como operando uma ruptura no cânone gramatical, operando, na literatura, um movimento de libertação com relação a qual língua escrever [...] o modernismo de 22 representa assim uma oportunidade interessante de verificar, não o discurso metalinguístico, mas a própria prática linguística, buscando romper com a tradição recém-estabelecida (PAGOTTO, 2001, p. 54).

O primeiro ponto que se quer destacar aqui, a partir da discussão de Pagotto, é a prática linguística brasileira – pois, neste trabalho, sustenta-se a ideia de que Amaral luta por uma nacionalidade por meio da escrita. O segundo ponto diz respeito a “possibilidade do texto literário para o português falado no Brasil” e a “ruptura no cânone gramatical”, ou seja, a adequação do que se escrevia à língua usual entre os brasileiros. Tendo em vista que Amaral estava envolvido com a questão do regionalismo, por estudar e conviver de perto com os habitantes do interior, seria contraditório voltar sua escrita para os moldes parnasianos que,

³ Aborda-se a questão polêmica em que Amaral é considerado, por Menotti Del Picchia, “apóstata do Parnasianismo” com fundamento, apenas, nas palavras biográficas de Duarte. Os textos originais não foram encontrados para a realização de uma análise mais acurada da crítica ao autor, bem como da sua réplica.

dava importância à estética literária. O terceiro e último ponto sobre essa afirmação de Pagotto, que corrobora o entendimento do envolvimento de Amaral com o movimento em ascensão é o “discurso metalinguístico” versus a “prática linguística”, pelos quais Amaral coloca o caipira no centro e como foco dos seus estudos e seu olhar é voltado para a o dialeto em uso.

Em síntese, Amaral causou estranheza por pertencer a uma geração de intelectuais conservadores e apoiar o movimento modernista que ocasionou diversas mudanças na literatura, cultura e, conseqüentemente, na sociedade. Fatos como esse acentuam o espírito progressista de Amaral.

Amaral e a relação de “amor e ódio” com a política

A vida política de Amaral, pouco citada pelos biógrafos, é parte não menos importante de sua trajetória. O envolvimento com a Liga Nacionalista e seus ideais, a veemente luta pelo Voto Secreto, a aversão ao Partido Republicano Paulista, a investigação jornalística sobre fraudes nas eleições em Capivari; bem como as duas candidaturas à deputado estadual merecem atenção e estudo, pois implicam todo um sentimento de defesa do interior e, do sujeito caipira, um dos focos dos estudos de Amaral.

O primeiro envolvimento político da vida de Amaral foi com a Liga Nacionalista de São Paulo, um tipo de ramificação regional da Liga de Defesa Nacional fundada em 1916, na cidade do Rio de Janeiro, por Olavo Bilac, cujo objetivo em relação a política era a valorização do ser humano. Segundo Mathieson (2013, p. 6), “a Liga Nacionalista teve importante suporte de divulgação de suas ideias [de Amaral], o que facilitou a sua visibilidade, pelo menos no tocante à classe média e à elite”.

A Liga Nacionalista, de cunho cívico-patriótico e dirigida por segmentos discordantes da elite paulista, contrapunha-se ao Partido Republicano Paulista, o PRP e defendia a democracia. Segundo Levi-Moreira (1989),

palavras como “regenerar”, “refor-mar”, “recuperar” tornaram-se frequentes em artigos e textos do período, o que evidencia, portanto, a preocupação com certas modificações, tidas como necessárias, para a manutenção do regime republicano-federativo (LEVI-MOREIRA, 1989, p. 69).

As necessárias modificações que comenta Levi-Moreira eram, justamente, as principais metas da LNSP: a erradicação do analfabetismo, a instauração do voto secreto e obrigatório e a instauração do serviço militar obrigatório, além do fortalecimento das instituições cujo intuito era o desenvolvimento social do país.

Dentre esses, destaca-se o interesse na difusão da instrução no país e o desenvolvimento da educação cívica e política do povo. A expansão da escola, em defesa da educação para todos visava as oportunidades sociais e a formação de um eleitorado de opinião, tendo em vista que a educação era vista como um

problema da sociedade e precisava, segundo os anseios da organização, ser o alicerce da democracia. Somente através da educação, garantida a todos, poderia ser construída uma nação consciente para votar e escolher o seu futuro, conforme corrobora Boto (1994):

Preâmbulo de uma efetiva organização partidária, a Liga teria uma nítida função pedagógica. A reconstrução nacional exigia, com urgência, um novo destaque da ética na esfera pública; mais do que isso, urgia uma completa reorganização de ordem partidária com vistas à obtenção da “maioridade política” do país. Tal empreendimento supunha uma nova consciência a ser formada no eleitorado, uma ampliação desse eleitorado... Daí a magnitude com que se considerava o problema da erradicação do analfabetismo (BOTO, 1994, p. 152).

Era consensual, percebe-se, a ideia de que por meio da educação se alcançaria todos os outros objetivos da LNSP. Nesse sentido, Mathieson (2013, p. 2) assinala que “a Liga almejava elevar o povo ao estatuto de cidadão para uma nova nação que se desejava criar” e que para isso “era necessário incorporar a população brasileira à sociedade e, com isso, afirmar a cultura brasileira”. Uma vez que o discurso racial vigente no Brasil nesse período, especificamente em São Paulo, era o do embranquecimento da população, apontando o negro e o mestiço (e os seus descendentes) como pessoas incapazes, o alvo principal da LNSP, portanto, era essa população marginalizada pela elite.

Nesse período Amaral já estava interessado em todas as questões que circundavam a vida do caipira, sujeito falante do dialeto estudado por ele. Certamente, a questão da educação está diretamente adstrita a esse dialeto, pois, o caipira não tinha acesso à educação e quando tinha, as condições eram precárias. Todos os embates em torno do tema civilização e evolução do caipira têm a educação como a solução para os problemas enfrentados pelos habitantes do interior. A luta de Amaral, enquanto sujeito político, em favor de melhorias na educação está intimamente ligada ao seu objeto de interesse de estudo. Amaral coaduna com o pensamento de alguns autores que retrataram o caipira, como Cornélio Pires e Hugo de Carvalho Ramos, para os quais, só por meio da educação o caipira, tão marginalizado e esquecido pelas autoridades, teria acesso aos bens da vida social promovidos pelo progresso do país.

Diante disso, Amaral, em um discurso de 1918, no ato de inauguração da Escola de Contabilidade e Ginásio “*Bernardino de Campos*”, nome escolhido pra homenagear um dos trabalhadores da reforma do ensino em São Paulo, afirmou: “uma das mais queridas aspirações dos homens adiantados de há trinta anos, era a que tendia para a difusão do ensino” (AMARAL, 1976b, p. 85). Nesse discurso, Amaral, um militante da criação de escolas técnicas cujo ensino fosse efetivo, acusa a República de falhar com a educação e ser incapaz de atacar de frente o problema da instrução popular. Para ele, não existiam ações, apenas artigos e discursos que não saiam do papel.

Outra luta em que Amaral se engajou foi pelo direito ao Voto Secreto, tema de interesse da LNSP, pois a educação seria uma preparação para o voto secreto, obrigatório e consciente, como destaca Boto (1995):

A escola apresenta-se como um grande mecanismo de regeneração da vida nacional; repositório das ansiosas expectativas de conferir ao eleitorado do país uma efetiva maioria cívica. A reforma, contraponto da revolução, seria a estratégia de viabilizar o âmbito institucional contra qualquer ameaça de ruptura. Medida de cunho estritamente político, a educação prepararia, por assim dizer, o território do voto secreto, obrigatório e universal (BOTO, 1994, p. 160).

Nesse período, o voto era voluntário, o povo recebia uma cédula de agentes dos candidatos ou dos próprios candidatos, na maioria das vezes coronéis, que tinham sob seu poder os títulos de eleitor e só os entregavam no ato da votação como forma de coagir aqueles que lhes deviam favores. Os cabos eleitorais percorriam terras distantes distribuindo envelopes, em que, junto com a cédula de votação, havia algum dinheiro, tornando o voto, moeda de troca. A esse tipo de voto, Amaral relacionava os fracassos do país, pois o poder se detinha nas mãos de uma minoria, que se considerava dona do tesouro, dos cargos, dos empregos, e senhor da força pública e, quando donos do poder, não lançava o olhar para as minorias.

Com a desejada reforma do sistema de votação, Amaral idealizava o aumento do número de votantes e a diminuição das fraudes, no sentido de proibir a distribuição de cédulas e a organização da votação de forma que o eleitor pudesse escolher seus representantes, isolados em cabines, sem nenhum tipo de coação. Amaral argumenta que somente assim seria possível recuperar a dignidade do eleitor:

teremos representantes legítimos da vontade popular, teremos fiscalização das funções públicas, teremos um regime claro de opinião, de posições definidas, de ideias francas, de aspiração corajosa, de cooperação livre, de estudo, de debate, de esforço, de entusiasmo (AMARAL, 1976b, p. 72).

Contrariamente à personalidade de um homem que precisou lidar diretamente com o embate público por transformações na estrutura política e social do país, Duarte (1976) destaca “seu temperamento arredo e tímido”. Não obstante ao temperamento, e devido a suas convicções, candidatou-se a deputado estadual por duas vezes, pelo partido Republicano, uma em 1922 e a outra em 1928, não sendo eleito em nenhuma delas.

O sentimento contraditório de entusiasmo e pessimismo é patente, pois ele declara: “os meus sentimentos cívicos me empõem a trabalhar com energia e a querer com força a vitória, mas o meu temperamento e a minha experiência da vida quase que anseiam secretamente pelo resultado oposto” (AMARAL, 1976b, p. 220).

Em síntese, percebe-se que Amaral era um homem preocupado com as causas populares e se opunha aos interesses egoístas dos poderosos que afetavam as minorias. Damante (1949) retrata esse momento, pós-

derrota, vivido por Amaral com selecionadas palavras de teor literário: “colheu, como era natural, o que um homem de seu feitio devia colher em seara tal, decepções e tristezas. Voltou com as asas do idealismo imaculadas, mas com o peito sangrando...” (DAMANTE, 1949, p. 87).

Apesar de todos os acontecimentos políticos, inclusive as derrotas nas urnas, Amaral continuou dedicado aos seus ideais e aos estudos nas mais diversas áreas que circundam o universo caipira, ademais, se dedicou aos estudos folclóricos, aprofundando-se nas lendas, nos provérbios e nas manifestações artísticas como a poesia da viola e outras, conforme será apresentado a seguir.

Amaral e sua imersão nos estudos folclóricos

O autor de *O dialeto caipira* também se dedicou aos estudos folclóricos no Brasil, isto é, às tradições populares. Segundo Duarte (1976), o interesse pelo folclore surgiu a partir dos estudos que fez sobre o dialeto caipira. Duarte explica que, por volta de 1916, à medida que Amaral começou a se interessar pelo folclore, os primeiros capítulos de *O dialeto caipira* começaram a surgir na Revista do Brasil. Até então, as lendas brasileiras eram usadas somente na literatura e, por esse motivo, Amaral idealizou uma pesquisa sistemática e metódica desses temas no campo sociológico. Segundo Duarte, “o folclore seria mais tarde o seu refúgio espiritual quando deixou definitivamente de fazer versos” (DUARTE, 1976, p. 39).

Amaral demonstrou profunda insatisfação relativamente aos estudos já realizados no campo do folclore, desde o último quarto do século XIX, devido ao que considerava “erros” que, segundo ele, os folcloristas até o momento cometiam. Amaral atribuía a isso o não reconhecimento científico desse campo de estudos⁴. Tais erros diziam respeito ao envolvimento sentimental dos pesquisadores, ao excesso de teorização infundada, baseadas em achismos, ao apego aos materiais coletados e à não análise deles. O autor considerava de extrema relevância a união do folclore com a ciência para garantir a esses estudos o *status* de verdade. A queixa de Amaral se evidencia quando ele diz que “é preciso estudar esses assuntos com um pouco menos de imaginação e sentimento e um pouco mais de objetividade, menos literatura e mais documentação” (AMARAL, 1976c, p. 9). Sua queixa metodológica é expressa ao mesmo tempo em que ele faz recomendações acerca desse objeto de estudo:

Tratemos, antes de tudo, de *observar* seriamente, pacientemente, os costumes, ritos usanças do povo, sua linguagem, sua música, a vida dos núcleos populosos urbanos e rurais e das

⁴ Inegável é o papel do rigor metodológico para o estabelecimento e desenvolvimentos de campos de estudos. Decorrente disso, são evidentes as preocupações com o método científico entre autores que viviam e desenvolviam suas pesquisas num período marcadamente positivista. Não obstante a isso, muitas são as discussões a respeito do caráter e critério de cientificidade aplicado às ciências humanas e sociais. Aurox (1992), por exemplo, entende a cientificidade como um mito, que dentre os expandidos pela historiografia das ciências da linguagem tal como foi estabelecido no século XIX, é o mais prejudicial para a compreensão do papel desses estudos no que diz respeito ao desenvolvimento cultural da humanidade.

populações esparsas, *coletando* com o mais rigoroso cuidado as expressões tradicionais e coletivas ligadas a tais costumes, ritos, usanças etc. *Marquem-se* escrupulosamente as regiões, os lugares, as épocas em que foram colhidos esses materiais; *respeite-se-lhes* a forma tal qual ela se oferece, com suas variantes, *ajuntem-se-lhes* quanto possível as ideias, crenças e práticas que os motivam que os acompanham e os explicam (AMARAL, 1976c, p. 9, grifos nossos).

Essa citação é significativa, pois põe ênfase na forma como Amaral compreendia a noção de cientificidade que, para ele, está ligada à metodologia empregada nas pesquisas, seja ela dialetológica ou folclórica. Prova disso é a sequência metodológica presente nessas orientações. Tem-se nas palavras destacadas um passo a passo para a realização de um estudo folclórico: observação séria, coleta de dados com rigoroso cuidado, mapeamento das regiões e épocas, respeito à forma e ajuntamento de todos os fatores explicativos. Todos esses fatores, acrescidos à objetividade e à documentação, garantiriam aos estudos folclóricos o caráter de cientificidade.

Sobre essas produções relacionadas ao folclore no Brasil, Duarte (1976) assinala:

O folclore era tido até então como simples matéria-prima de literatura, muitas vezes de má literatura. Ninguém, salvo um punhadinho de homens lúcidos, encarava a nossa poesia popular, as estórias e brincos infantis, as parlendas, os rifões, as frases feitas, as adivinhas, como objeto de estudo aprofundado, despido de qualquer fantasia ou laivo de imaginação, para conhecimento da psique ou da alma coletiva brasileira (DUARTE, 1976, p. 32).

Reforça-se que a visão de Amaral era nacionalista e, por conseguinte, seu esforço em marcar uma identidade por meio do folclore se baseava em sua insatisfação pela falta de prestígio dessas culturas tão brasileiras. Esse descontentamento o levou a chamar a atenção da Academia Brasileira de Letras para o campo fértil do folclore na tentativa de fundar uma Sociedade Demológica em São Paulo. Com a finalidade de convencer os “imortais” da pertinência do seu projeto ele proferiu um discurso em sessão extraordinária na ABL, com o título “Folclore e Dialetologia”, em que deu destaque à importância da criação de uma instituição com foco nas pesquisas folcloristas, visto que esses estudos estavam discretamente se expandindo. Nesse discurso, Amaral apresentou os objetivos e as metas da instituição almejada, além de um plano para o funcionamento da entidade, que ele denomina de “uma tarefa a executar”⁵. Esse plano foi publicado no jornal O Estado de São Paulo em 1925 e inserido em “Tradições Populares” (1976 [p. 27 a 38]).

Nesse projeto, a tarefa principal seria a de “intensificar os estudos do folclore e lhes imprimir uma orientação mais séria, mais metódica e mais fecunda, afastando-os dessa atmosfera de “curiosidade vaga” de

⁵ “Uma Tarefa a Executar” é também o título de um discurso proferido por Amaral à Academia Brasileira de Letras em 23 de abril de 1925, também, publicado em O Estado de São Paulo, em 15 de maio de 1925. V. p. 19.

“divisão inócua” e de “sentimentalismo convencional” (FERREIRA, 2007, p. 116). Sobre essa aspiração, Arantes (1930) comenta:

Esse, sim; esse foi o grande sonho de Amadeu Amaral; essa a suprema aspiração de toda a sua carreira. Ninguém, com efeito, mais do que ele sentia, lamentava e exprobrava a ausência, em nossas letras, de um "sentido social", de um "ideal coletivo" que viesse arrancar o Brasil a esse "beco de expectativas e de hesitações, onde estava sonolentemente parado, sem um estremecimento de desejo, de esperança ou de revolta" (ARANTES, 1930, p. 10).

Percebe-se que o intuito de Amaral não era apenas a adesão dos colegas da ABL ao seu projeto, mas o entendimento da importância desses estudos para a compreensão da sociedade brasileira. Depois de um silêncio de mais ou menos cinco meses a Academia se posicionou favorável ao projeto. Um projeto que jamais foi levado adiante.

Embora Amaral não se considerasse um folclorista, é possível que seus leitores da época e da atualidade encontrem em sua escrita traços de alguém com arraigada formação nesse campo. Consoante Duarte (1976, p. 152), Amaral “refugiou-se na pesquisa folclórica, esta, sim bem dentro de seu espírito sempre moço e do espírito moderno, inquieto, meio trapalhão, mas tão cheio de curiosidade e avesso à rotina”. Percebe-se, nesta afirmação, a transição que Amaral faz da poesia para esse campo de pesquisa e demonstra a versatilidade do autor, característica dos intelectuais de sua época.

Tamanho foi a importância desse tema para Amaral que os últimos dias de sua vida foram dedicados à pesquisa sobre o folclore brasileiro e à sua divulgação entre os novos pesquisadores. Por outro lado, o autor sentia-se renegado ao passado e impossibilitado, pela discrepância de idade, de pertencer completamente ao movimento em ascensão: o modernismo.

Por mais que Amaral não imaginasse deixar um legado, deixou um plano de trabalho pretensamente elaborado que, serviria de orientação para os futuros folcloristas. Parte desse plano diz respeito a questões metodológicas para a coleta dos gêneros relacionados às tradições populares. O plano completo está inserido na obra “Tradições Populares”, com extensas recomendações de um apaixonado por cultura popular e pelo Brasil. Sua última nota sobre esse assunto foi publicada em O Estado de São Paulo, em maio de 1929, com o título “A poesia popular de São Paulo”.

Evidentemente, Amaral cercou-se do universo caipira quando se dedicou aos estudos folclóricos que permeavam a vida do habitante do interior nas diversas tradições populares; não obstante, envolveu-se na vida política com o intuito de defender os direitos da população desfavorecida, que incluía o homem do interior, o caipira, buscando, por meio da educação, sua inserção na sociedade.

Foi possível observar que, o fato desse autor se aprofundar em várias áreas de conhecimento, comprova seu interesse pela variedade linguística regional e que, além de gozar de grande prestígio

acadêmico e intelectual, fez uso da influência que tinha para defender as tradições da comunidade caipira e reivindicar melhores condições de vida para esse grupo social.

A seguir, descreve-se a respeito de sua inserção no ramo da dialetologia. Adverte-se o leitor que a sequência das relações de Amaral com os diversos estudos realizados encontra-se neste trabalho de forma atemporal.

Amaral e sua incursão nos estudos dialetológicos

É notória a importância que a principal obra de Amaral, *O Dialeto Caipira*, ganhou, nas décadas subsequentes, a sua publicação para os estudos que se ocupam da descrição do português brasileiro. Nessa obra, o autor descreve com rigor de detalhes características marcantes que o português brasileiro ganhou através da fala caipira.

No período que Amaral se debruçou sobre essa área de pesquisa havia poucos trabalhos de referência no Brasil⁶, poucos colaboradores da pesquisa e enormes desafios, como a distância a ser percorrida e a falta de recursos tecnológicos, entraves que tiveram que ser superados para que essa obra fosse concretizada. Segundo Duarte (1976), os poucos trabalhos que antecedem o estudo de Amaral focavam somente no léxico do Português do Brasil; o estudo de Amaral, todavia, é mais amplo, englobando, além do léxico a fonética, a morfologia e a sintaxe; mais que isso, a inovação que se atribui a esse estudo está principalmente relacionada ao fato de Amaral pôr em evidência uma variante do português desprestigiada socialmente.

Sobre a ousadia de Amaral visualizar um estudo científico sobre o falar caipira, Paulo Duarte, no prefácio dessa obra, declarou:

o falar errado do caipira servia de pretexto apenas para uma literatura leve, de interesse recreativo. Estudá-lo, entretanto, à luz da linguística, analisar as suas deformações, espalhar-lhe o vocabulário sistematicamente, investigando-o, perscrutando-o não passava pela cabeça de ninguém (AMARAL, 1976a, p. 21).

Grande era o desafio, mas, certamente, claro era o objetivo de Amaral de dar destaque a um aspecto da identidade linguística nacional. Sobre essas questões, Ferreira (2007) assinala:

⁶ O trabalho de Amaral é considerado inovador no Brasil, porém vários autores europeus já haviam realizado trabalhos semelhantes. Hugo Ernest Mario Schuchardt (1842-1927) ainda no século XIX defendia singularidade das palavras e que o pesquisador deveria, ao estudar os vários aspectos da mesma palavra, contar suas histórias individuais, evidenciando as variantes regionais e pondo em destaque o significado. As determinações de Schuchardt foram fundamentais para os estudos dialetológicos e linguístico-geográficos. A Geografia Linguística é um campo de conhecimento linguístico cujos primeiros estudos remontam a Georg Wenker (1852-1911), final do século XIX, na Alemanha. O foco dos esforços de Wenker estava na rica variação que caracterizava a língua alemã. No domínio da língua francesa, destacam-se os estudos do o suíço Jules Gilliéron (1854-1956), que, no ano de 1896, organizou e dirigiu o projeto que resultou na publicação do *Atlas Linguistique de la France*, entre os anos 1902 e 1910 (Cf. MARRA DA SILVA, 2009).

Especificamente no Brasil, quando os intelectuais em geral pensam sobre uma identidade, seja nacional ou regional, sempre houve o desafio primaz de “resolver” a questão da diversidade presente no “povo brasileiro”. Em terras brasileiras, as diversidades culturais, econômicas, políticas, religiosas e “raciais” sempre foram vistas pelos intelectuais como um problema a ser enfrentado (FERREIRA, 2007, p. 56).

Nesse sentido, Amaral apresenta-se como um estudioso que não via a diversidade como um problema a ser resolvido, ou banido. Pelo contrário, como fez com o dialeto caipira, deu destaque a diversidade linguística como algo constitutivo da identidade linguística nacional. Isso é muito significativo, pois coloca o pensamento de Amaral sobre as ideias linguísticas do Brasil na origem dos debates em torno da cultura e dos falares brasileiros.

Segundo Duarte, dessas investigações dialetais, além de *O Dialeto Caipira*, foram encontrados estudos incompletos de uma possível coleção que seria chamada de “Estudos Brasileiros”, dividida em três partes: cancionero, geografia do dialeto brasileiro e dialeto caipira. Seria um estudo expandido da variedade brasileira estudada por Amaral, que se perderam e o esforço de Paulo Duarte na tentativa de reuni-los foi vão. Conforme ressalta Duarte, o que restou do muito que Amaral produziu está nas obras *O Dialeto Caipira e Tradições Populares*. Inclusive, na percepção de Duarte, era intenção de Amaral publicar uma 2ª edição dessa primeira obra: “A primeira edição, Amadeu considerava-a como um rascunho do seu trabalho, tanto que nunca deixou de coligir material, cuja maior e talvez melhor parte, entretanto, se perdeu com a dispersão de seus papéis, depois de sua morte, em 1929” (AMARAL, 1976a, p. 24).

Na leitura de *O Dialeto Caipira*, nota-se toda uma preocupação de Amaral em descrever essa variedade regional de forma a singularizá-la. Altino Arantes (1930) reconhece a importância desses estudos e da forma como Amaral conseguiu, em suas observações do caipira, extrair o que vai além do falar e de desígnios apenas literários.

As suas pacientes investigações, os seus acurados estudos sobre o dialeto e sobre o "folk-lore" caipiras, não obedecem somente a preocupações de ordem glotológica ou filológica; visam, por igual, escopos literários e artísticos - quais os de adentrar a mentalidade recôndita e esquiva dos nossos caboclos: de auscultar-lhe as íntimas pulsações; de extrair desse filão riquíssimo, que dorme escondido no "saber popular", os materiais capazes de contribuir para a sólida construção de uma legítima e bem definida literatura nacional (ARANTES, 1930, p. 9).

Observando essa obra, percebe-se que o autor chama a atenção para a influência que o caipira exercia sobre o falar de São Paulo, até mesmo sobre as “minorias cultas”. “Ao tempo em que o célebre falar paulista reinava sem contraste sensível, o *caipirismo* não existia apenas na linguagem, mas em todas as manifestações da nossa vida provinciana” (AMARAL, 1976a, p. 41). As causas dessa transformação,

segundo Amaral, são o afastamento dos negros da população branca, que propiciou uma diferenciação dialetal, e o isolamento também daqueles que comumente eram chamados de “caipiras, roceiros, ignorantes e atrasados”. O resultado de toda essa modificação foi o “acantonamento”, dos caipiras em pequenas localidades que não acompanharam essa ascensão.

Já nas primeiras páginas de *O Dialeto Caipira*, Amaral exprime o desejo de expansão dessa pesquisa, demonstrando prudência ao pedir um cuidado maior para não haver generalizações e fatos recolhidos a todo preço. “Só então se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros, quantos e quais os subdialetos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um” (AMARAL, 1976a, p. 44). Percebe-se aqui o que foi comentado por Duarte sobre o interesse de Amaral em fazer um mapeamento do dialeto brasileiro em uma obra mais ampla. O autor demonstra o desejo de ter seus estudos aprimorados pelas gerações que o sucederia e deixa longas instruções nessa obra com minuciosos critérios metodológicos para as pesquisas posteriores.

Ao organizar o vocabulário do dialeto caipira, Amaral se destaca por seguir à risca o método que recomendou aos futuros pesquisadores e apesar de algumas imperfeições, apontadas por Duarte (1976), preocupou-se em registrar apenas os termos confirmados por mais de duas ratificações. Conforme Duarte (1976, p. 86), “mesmo os vocábulos que encontrou em escritos literários, não passara para o vocabulário senão aqueles confirmados depois, ou pela sua observação direta ou por reiteradas provas de outras fontes”.

Relativamente aos estudos que representam o caipira, Amaral se posiciona em tom de crítica, “sem objetivo, sem método e sem seguimento; ora por simples literatura” (AMARAL, 1976c, p. 3). Além disso, acrescenta que a forma como os autores colocam as tradições e a poesia popular, “fornece abundante matéria para divagações e fantasias”. A falta de uma investigação acurada é o motivo apontado por Amaral para que os escritos regionalistas não fossem fidedignos à realidade.

O autor chama essa produção regionalista da época de vaga, esparsa e de pequena contribuição:

Em S. Paulo, além de uma vaga recente literatura mais ou menos regionalista, rica de côr local, em que desigualmente se destacam os nomes de Valdomiro Silveira, Monteiro Lobato, Cornélio Pires, Leôncio de Oliveira, Otoniel Mota, Benedicto Otávio, Paulo Setúbal, Cezidio Ambrogi e outros, pouco mais há do que pequenas contribuições em limitados departamentos da matéria em questão; de Valdomiro Silveira, uma interessante, mas infelizmente curta conferência sobre a poesia da roça; de Cornélio Pires, muitas modas e trovas esparsas, coligidas no interior, junto a bom número de notas sobre costumes, também esparsas pelos seus livros (AMARAL, 1976c, p. 2).

Para Amaral, estudos que representassem o habitante do interior e tudo o que envolve o seu modo de vida e tradições não deveriam ser pautados em uma visão lisonjeira ou pejorativa, mas desejava que o observador se libertasse de “ideias preconcebidas, dispondo-se a examinar cada caso como se nunca tivesse

pensado coisa alguma a respeito” (AMARAL, 1976c, p. 3). No entanto, apesar de todo o prestígio que seu trabalho lhe concedeu, Duarte (1976, p. 155), lamenta que que “as gerações novas desconhecem-no”.

Evidentemente, o tempo tratou de corrigir essa injustiça e, na atualidade, Amaral tem sido referência de muitos trabalhos: cita-se, como exemplo, Ceschin (1999), que retoma algumas referências na literatura sobre a sociedade caipira e sua linguagem, especialmente Amaral; Anjos (2009), que faz uma análise de dois textos precursores da dialetologia brasileira: *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral e *Linguajar Carioca* de Antenor Nascentes; Garcia (2009), com o estudo de formação e expansão do dialeto caipira em Capivari; Picinato (2013), que aborda “*O novo ‘caipira’: o olhar do ‘eu’ e do ‘outro’*”; Castro (2006), em “*A Resistência de Traços do Dialeto Caipira: Estudo com Base em Atlas Lingüísticos Regionais Brasileiros*”; Ferraz (2005), com “*Características fonético-acústicas do /r/ retroflexo do português brasileiro: dados de informantes de pato branco (PR)*”; Leite (2010), com “*O /r/ em posição de coda silábica na capital do interior paulista: uma abordagem sociolinguística*”. Há também quem tome Amaral como referência para a abordagem, não apenas linguística, mas também, histórica como no trabalho de Ferreira (2018), “*Memória, política e folclore na obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928*”, dentre tantos outros. Estes são alguns exemplos de que o trabalho de Amaral continua sendo uma referência na historiografia da linguística e dos estudos culturais brasileiros.

Considerações finais

Este estudo colocou em evidência o sujeito Amadeu Amaral, um intelectual de grande importância do período pré-modernista. Amaral escreveu poesias, ensaios e se aprofundou na pesquisa folclórica e dialetal como forma de marcar uma identidade nacional brasileira. Ao mostrar a história e trajetória desse autor, buscou-se aqui localizá-lo em seu espaço-tempo e compreender as motivações que o fizeram transitar por diversos campos do conhecimento. Evidentemente, o contexto intelectual de que ele se cercou contribuiu para o desenvolvimento de suas ideias, sejam elas em relação à política, à literatura, ao folclore ou à dialetologia emergente do início do século XX.

A investigação mostrou que foram suas pesquisas a respeito do folclore que influenciaram suas investigações sobre o dialeto caipira. O lugar proeminente que possuía na vida social, bem como seus ideais e posicionamento políticos, permitiram-lhe olhar para uma parcela da população que vivia a margem da sociedade, com um olhar de cuidado e também investigativo. Por meio da política, pôde se empenhar em favor dos habitantes do interior, alertando para o estado de precariedade em que o caipira estava envolto. Também pôde enfatizar a educação como única forma de ascensão social para esse sujeito que vivia às margens.

Não obstante, os estudos folclóricos possibilitaram uma imersão desse pesquisador no universo de tradições populares caipiras, suas crenças, usanças, gestos que acabam por se refletir na variedade dialetal, pois como o próprio Amaral afirma, é “impossível decifrar muitas alusões, ideias e formas encontradas nos contos, versos, dizeres populares, sem conhecimento das crenças e credences, das usanças e práticas do povo” (Amaral, 1976c, p. 10). E, por fim, os estudos dialetais garantiram-lhe um lugar de destaque. A partir dos documentos analisados, foi possível entender o motivo pelo qual Amaral se sobressaiu aos demais dialetólogos de sua época, devido a seu rigor metodológico e a minuciosa descrição dialetal que confere a sua pesquisa um caráter científico, abrindo caminho para estudos posteriores.

Por meio da memória e história de Amaral, foi possível entender o espírito de época e compreender que o contexto intelectual de que ele se cercou contribuiu para o desenvolvimento das suas ideias linguísticas. É importante destacar que além de assuntos relacionados à vida e à produção científica desse autor foi possível depreender, a partir dos fatos discursivos, que ele foi reconhecido por grande parte dos intelectuais de sua época como expoente da literatura.

Referências

AMARAL, A. **Ditadura e Democracia**. 1922, texto inédito.

_____. **O Dialeto Caipira Gramática - Vocabulário**. 3ª ed. [s.l.] HUCITEC, Secretaria de Cultura e Tecnologia, 1976a.

_____. **Política Humana**. São Paulo: HUCITEC, Secretaria de Cultura e Tecnologia, 1976b.

_____. **Tradições Populares**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, Secretaria de Cultura e Tecnologia, 1976c.

ANJOS, S. F. DOS. **Dois textos precursores dos estudos dialetais brasileiros: O Dialeto Caipira e O Linguajar Carioca**. Universidade Federal Fluminense, 2009. Disponível em: <http://www.bdt.d.ndc.uff.br/tde_arquivos/23/TDE-2010-08-23T090356Z-2603/Publico/Dissertacao%20da%20Silvana.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2018

ARANTES, A. **Discurso de Posse do Sr. Altino Arantes como sucessor de Amadeu Amaral**. Academia Paulista de Letras, 23 set. 1930. Disponível em: <<https://www.academiapaulistadeletras.org.br/discursos.asp?materia=1122>>. Acesso em: 18 maio. 2018

BOTO, C. Nacionalidade, escola e voto: A Liga Nacionalista de São Paulo. p. 145–163, 1995 1994.

DAMANTE, H. **Perfil de Amadeu Amaral**. São Paulo: Departamento de Cultura - Divisão do Arquivo Municipal, 1949.

DUARTE, P. **Amadeu Amaral**. São Paulo: HUCITEC, Secretaria de Cultura e Tecnologia, 1976.

FERREIRA, L. DA C. **Memória, Política e Folclore na obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928**, 2007. Disponível em: <www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_FERREIRA_Leonardo_da_Costa-S.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2018

LEVI-MOREIRA, S. **Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917- 1924)**. Revista de história, São Paulo, n. 116, 1984. p. 67-74. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61361>> acesso em 22 de agosto de 2019).

MATHIESON, L. C. **A formação do cidadão republicano e o projeto político-pedagógico da Liga Nacionalista de São Paulo**. XXVII Simpósio Nacional de história: conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH-Brasil, Natal, 2013.

MATTOS e SILVA R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. Ática, São Paulo, 2004.

ORLANDI, E. P. **História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional** / organizadora: Eni P. Orlandi. - Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001.

PAGOTTO, E. G., **Gramatização e Normatização: Entre o Discurso Polêmico e o Científico**. In: História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional / organizadora: Eni P. Orlandi. - Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001, p. 39-57.

PICINATO, B. P. **O NOVO “CAIPIRA”: o olhar do “eu” e do “outro”**, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara - SP, 2013.

SILVA, D. M. **Origem e desenvolvimento das ideias linguísticas de Wiliam Labov** [manuscrito]. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2009.

SILVA, D. M. **Whitney, Saussure, Meillet e Labov: implicações metodológicas e conceituais da noção de língua como um fato social para os estudos linguísticos**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2012.

TRASK, R. L. **Dicionário de Linguagem e Linguística**. Tradução: ILARI, R; revisão técnica: KOCH, I. V. 3 ed. - São Paulo: Contexto, 2011

XAVIER, V. B. **“Os Brasis de Monteiro Lobato: de Jeca Tatu ao desencantamento”**. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, Curitiba, 2010.

Recebido em 29/06/20 aceito para publicação em 16/02/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

“A senzala moderna é o quartinho da empregada”: uma análise da relação entre patroas(ões) e trabalhadoras domésticas em relatos publicados na internet

“The modern slave quarters is the maid’s room”: an analysis of the relationship between employers and domestic workers in reports published on the internet

“La senzala moderna es el dormitorio de la empleada”: un análisis de la relación entre empleadoras(es) y trabajadoras domesticas en relatos publicados en internet

Emilly Gabriela Menezes Franco¹

Resumo: O presente artigo busca desenvolver uma análise dos relatos de trabalhadoras domésticas publicados *online* na página do *Facebook* “*Eu, Empregada Doméstica*”, com ênfase nas publicações cujas autoras mencionam diretamente a escravização no Brasil ou aspectos passíveis de serem relacionados ao período. Para tal, através da análise de discurso, foram analisadas publicações entre os anos de 2016 e 2020, considerando relatos que faziam referência direta à escravização através de sua redação, seja pela utilização das palavras “escravidão”, “escrava”, “mucama” e “sinhá”, como pelo seu contexto.

Palavras-chave: Emprego doméstico; Eu, Empregada Doméstica; Escravidão.

Resumen: El presente artículo busca desarrollar un análisis de los relatos de trabajadoras domesticas publicados en línea en la página de *Facebook* “*Eu, Empregada Doméstica*”, enfatizando publicaciones cuyas autoras mencionan directamente la esclavitud en Brasil o aspectos posibles de relacionarse con el período. Para esto, a través del análisis de discurso crítica, se analizaron publicaciones entre los años de 2016 y 2020, considerando relatos que hacían referencia directa a la esclavitud a través de su redación, sea por el empleo de palabras como “esclavitud”, “esclavo”, “mucama” y “sinhá”, como por su contexto.

Palabras-llave: Empleo doméstico; Eu, Empregada Doméstica; Esclavitud.

“A escravidão não acabou”²: O serviço doméstico e o passado escravocrata no Brasil

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil é um dos países com a maior população de trabalhadoras domésticas do mundo, somando cerca de 4,9 milhões de pessoas, sendo 92% deste número, ou 4,5 milhões, apenas de mulheres, segundo dados de 2020 divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Além de a categoria representar uma parte significativa da

¹ Bolsista CAPES pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá-PR. E-mail: emillygmfranco@gmail.com

² Todos os títulos entre aspas utilizados neste artigo foram retirados de relatos de trabalhadoras domésticas.

força de trabalho no Brasil, sendo a profissão que mais emprega mulheres, as trabalhadoras domésticas estão entre os grupos de trabalhadores mais vulneráveis, uma vez que os termos de trabalho não são muito esclarecidos ou formalizados, assim como seus horários de trabalho variam e sua remuneração quase sempre ser abaixo da média, não somente no Brasil, mas também no mundo inteiro, segundo a OIT, chegando ao equivalente à metade de um salário médio no mercado de trabalho.

Além de ser atravessada pelas questões de classe e de gênero, a categoria também abarca questões raciais, uma vez que a maioria das trabalhadoras domésticas no Brasil são mulheres negras, sendo cerca de 65%. Mesmo dentro da categoria, existem diferenças: enquanto em 2020 mulheres negras com a carteira assinada recebiam R\$1251, mulheres não-negras recebiam R\$1280; a diferença aumenta entre trabalhadoras sem registro em carteira, sendo o salário médio das mulheres negras R\$703 e de mulheres não-negras R\$836; compreendendo tais dados considerando que 75% da categoria não possui carteira assinada³.

Apesar das mudanças constitucionais recentes ocorridas, sobretudo entre 2012 e 2015, com a aprovação da PEC 66/2012, a “PEC das Domésticas” e a LC 150/2015, que dispõem sobre direitos trabalhistas para a categoria, é possível perceber por meio dos dados que o serviço doméstico ainda é uma das profissões mais marginalizadas na sociedade brasileira, principalmente por boa parte das mudanças estabelecidas legalmente não estarem sendo efetivadas, uma vez que as relações de trabalho no serviço doméstico continuam ocorrendo, sobretudo informalmente, o que dificulta a efetivação de direitos trabalhistas e colabora para a perpetuação da precarização do trabalho.

Tais questões, no entanto, não acometem a profissão apenas nos dias atuais. Historicamente, o serviço doméstico sofre com a informalização, com a ausência de direitos trabalhistas, os baixos salários e as condições precárias de trabalho. É também histórico o perfil de mulheres a se ocuparem na profissão, como expõe Lélia Gonzalez:

[...] em virtude dos mecanismos da discriminação racial, a trabalhadora negra trabalha mais e ganha menos que a trabalhadora branca, que, por sua vez, também é discriminada enquanto mulher. Vimos que 87% das trabalhadoras negras exercem ocupações manuais, justamente nos setores ou subsetores de menor prestígio e pior remuneração; e que 60% dessas trabalhadoras não têm carteira assinada. Por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual) (GONZALEZ, 2020. p. 217)⁴.

³ Dados obtidos através de relatório disponibilizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, realizado a partir da PNAD Contínua do quarto trimestre de 2019 e 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

⁴ Trecho do artigo “E a trabalhadora negra, cumé que fica?”, publicado em 1987, onde Lélia Gonzalez discute sobre o lugar da mulher negra no mercado de trabalho. Mais de 30 anos depois, os dados sobre a ocupação de mulheres negras ainda são semelhantes.

Ela continua:

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da “escrava do eito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da “joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da “escrava de ganho” de ontem.

Afinal, o 1º de maio tem a ver com o 13 de maio. Enquanto trabalhadora superexplorada de hoje, a mulher negra se sente com todo o direito de perguntar: “Afinal, que abolição foi essa que, 94 anos depois de ter acontecido, a gente continua praticamente na mesma situação?”. Na verdade, o 13 de maio de 1888 trouxe benefícios para todo mundo, menos para a massa trabalhadora negra (GONZALEZ, 2020. p. 217-218).

Lélia Gonzalez argumenta que, mesmo a abolição tendo ocorrido no Brasil, a situação das mulheres negras no âmbito do trabalho não se altera de maneira drástica com o fim da escravidão, por conta das condições as quais estas mulheres estão inseridas. Ou seja, apesar de não existir mais um regime de escravização de pessoas no país, certos aspectos não desapareceram com o fim dele, mas permaneceram no imaginário e nas práticas da sociedade. Principalmente quando se trata de relações de trabalho, devido a repetição de certas hierarquias, as mulheres negras são mantidas na base da sociedade, com os piores trabalhos e remunerações; ou ainda pela manutenção destas hierarquias de caráter excludente, que não permite que essas mulheres possam ascender socialmente através da educação e do acesso a outras categorias de emprego que não a do serviço doméstico.

Ou, ainda, tais aspectos do antigo regime que sobreviveram na sociedade impedem que as mulheres ocupadas no serviço doméstico tenham tratamento e condições básicas no ambiente de trabalho, pois o imaginário que se cria através do racismo e do estigma em torno do serviço doméstico é o de que tais atividades não merecem as mesmas condições que outras profissões possuem, como direitos básicos e condições dignas de trabalho, fator amplamente discutido durante o período de elaboração e votação da PEC 66/2012, por exemplo.

Assim sendo, para compreender tais aspectos atribuídos à trabalhadora doméstica e aos afazeres de sua profissão, tal como a desigualdade social na qual se encontra, é necessário recuar no tempo para compreender o histórico da sociedade brasileira na construção de suas estruturas. No período pós-abolição, o serviço doméstico continuou a cargo, em sua maioria, de mulheres que eram escravizadas, ainda que tenha havido uma massiva imigração europeia ocorrida no período, levando uma parcela das mulheres brancas a se ocuparem no serviço doméstico. Além disso, a transição para o trabalho livre não se deu totalmente no momento da abolição, havendo um período onde ambos coexistiram, durante as últimas décadas do regime escravista (TELLES, 2011).

Essa relação entre escravidão e trabalho doméstico produziu certos efeitos na sociedade brasileira. Segundo Souza (2017):

No Brasil, são conhecidas as observações de viajantes sobre escravos domésticos em espaços urbanos. A escritora e educadora alemã Iva von Bizen, que esteve na província do Rio de Janeiro na década de 1880, afirmou, por exemplo, que "todo serviço doméstico é feito por pretos: é um cocheiro preto quem nos conduz, uma preta quem nos serve, junto ao fogão o cozinheiro é preto e a escrava amamenta a criança branca". Portanto, é possível afirmar que, em diferentes cenários americanos, a escravidão doméstica deixou profundas marcas na prestação de serviços domésticos, ao ponto de se estabelecerem, em certas sociedades escravistas, práticas e valores sociais e culturais baseados em uma correspondência direta entre escravidão, os negros (africanos e seus descendentes) e o serviço doméstico. (SOUZA, 2017. p. 78).

Essas marcas deixadas contribuíram para que uma grande parcela de mulheres negras permanecesse realizando trabalhos como babás, faxineiras, cozinheiras e arrumadeiras, mesmo após deixarem de serem escravizadas, perpetuando a relação direta entre os valores escravistas, a população de mulheres negras e o serviço doméstico. Ou seja, a maneira como o trabalho doméstico era enxergado na sociedade e as pessoas responsáveis por desempenhá-lo não se alteraram apesar de ocorrido o processo de abolição.

Segundo Beatriz Nascimento (2021), a formação do Brasil enquanto uma sociedade de caráter patriarcal e hierarquizada em termos de classe e de raça reflete na mulher negra as suas consequências mais extremas. Ela argumenta:

Numa sociedade como a nossa, em que a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preencher esses espaços.

O critério racial constitui um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação. [...]

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, desse modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito (NASCIMENTO, 2021. p. 57-58).

Portanto, ao mesmo tempo em que a permanência do serviço doméstico enquanto uma atividade precarizada, mal remunerada e cercada de estigmas pode ser interpretada enquanto uma “herança escravocrata”, o fato de que mulheres negras serem a maioria das pessoas que se ocupam e permanecem na profissão durante toda a vida, muitas vezes por atribuição e necessidade, também faz parte dessa herança. Por conta disso, são indissociáveis as questões do passado escravocrata e o racismo das discussões em torno do serviço doméstico, pois se a mulher negra permanece ainda hoje ocupando empregos semelhantes às

atribuições das mulheres negras em um passado colonial, isso se deve ao fato de que elas são mulheres negras e de que seus antepassados foram pessoas escravizadas (NASCIMENTO, 2021) e, além disso, de que a sociedade brasileira ainda não resolveu tais questões estruturais.

Isto porque enquanto a mulher branca de classe média passou a ocupar certos espaços no mercado de trabalho, sobretudo, por conta da possibilidade do acesso à educação, e a mulher branca da classe trabalhadora ocupava-se no setor industrial crescente a partir da década de 1930, como expõe Heleieth Saffioti (2013), o mesmo processo não ocorre com as mulheres negras, que permanecem ou nas atividades rurais, ou no âmbito urbano em empregos domésticos, o que segundo Beatriz Nascimento (2021) se dá porque a mulher negra não teve acesso suficiente à educação para qualificar-se para empregos burocráticos, além do critério racial em empregos de relação com o público, o que afasta as mulheres negras destes espaços por conta do permanente racismo na sociedade brasileira. Diante disso, o único caminho possível é o serviço doméstico, que permanece marginalizado de maneira consciente na sociedade brasileira por conta das sujeitas que dele se ocupam.

“Agradeço a oportunidade de desabafar”: A página “Eu, Empregada Doméstica” e os relatos de vida

Da mesma maneira que a hierarquização na sociedade brasileira produz sujeitos aptos a ocuparem certos espaços e desempenharem determinadas funções ou profissões de acordo com a classe, o gênero ou a raça à qual pertencem, essas hierarquias também determinam os sujeitos aptos ou não a falar e quais discursos serão tidos como oficiais pela sociedade sobre seus processos; assim como de que maneira estes discursos serão utilizados para a construção de uma memória oficial, ou memória nacional (HALLBWACHS, 1990; POLLAK, 1989). Uma das ideias produzidas através desta memória nacional é a de que o Brasil é uma nação hierarquicamente integrada e harmoniosa em termos raciais e de classe, discurso este que é contrariado ao nos voltarmos para a realidade das trabalhadoras domésticas.

Isto posto, é justamente a exclusão dos espaços de fala, o silenciamento consciente de sujeitos marginalizados como as trabalhadoras domésticas que mantém tal memória enquanto oficial no imaginário social brasileiro, assim como os privilégios de quem tem o poder do discurso, que determinam as condições do seu funcionando. De acordo com Foucault (1996):

[...]suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de **exclusão**. O mais evidente, o mais familiar também, é a **interdição**. Sabe-se bem que não se tem o

Revista Vernáculo n.º 48 – segundo semestre/2021

ISSN 2317-4021

direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 1996. p. 8-9, grifos do autor).

Desse modo, ainda que haja resistências e movimentações por parte das trabalhadoras desde a época em que o serviço doméstico era realizado por pessoas escravizadas (GRAHAM, 1992; 2005); no período de transição para o trabalho livre (TELLES, 2011); ou através de organizações sindicais desde a primeira metade do século XX (BERNARDINO-COSTA, 2007), os discursos privilegiados nos espaços oficiais não eram os seus, conseqüentemente os interesses, direitos e narrativas também não, pois para que se possa falar é necessário ter o privilégio exclusivo do sujeito que fala, é preciso dominar a narrativa dos acontecimentos (FOUCAULT, 2008).

O que se produziu enquanto discurso público no Brasil sobre o serviço doméstico é, portanto, oriundo de ideias muitas vezes não compartilhadas ou vivenciadas pelas trabalhadoras da maneira como são apresentadas. Um exemplo disso pode ser percebido através das discussões em torno da PEC das Domésticas: a própria Proposta foi arquivada durante os anos de 2008 a 2011, segundo a própria comissão responsável pela elaboração, por apresentar mudanças que “prejudicariam os empregadores”, mudanças estas que apenas equiparariam os direitos das trabalhadoras aos propostos pela Consolidação das Leis de Trabalho, a CLT. Além disso, a mídia na época difundiu informações mais direcionadas às patroas e patrões e focou, sobretudo nos “prejuízos financeiros” acarretados pelos “encargos trabalhistas”, abordando com menor importância as questões das próprias trabalhadoras, que também estavam sendo diretamente atingidas pela Emenda Constitucional. Perante o exposto, as trabalhadoras domésticas precisaram construir mecanismos para se fazerem ouvir, através de ações e resistências cotidianas, ou por espaços onde suas vozes não seriam mais silenciadas.

Nesse contexto, surgiu a página na rede social *Facebook: Eu, Empregada Doméstica*. No ano de 2016, a rapper e professora de História Joyce Fernandes, conhecida como Preta-Rara, resolveu compartilhar em seu perfil da rede social um relato de sua última experiência como trabalhadora doméstica e inseriu no fim da publicação a hashtag “#EuEmpregadaDomestica”. Segundo ela:

Como eu já escrevia algumas reflexões com viés político em meu perfil do Facebook, resolvi postar minha última experiência como doméstica e inventei uma *hashtag*. Falei para as pessoas que tiveram e tivessem experiências como a minha, escrevessem e me marcassem, assim eu poderia ler também. Reforcei que não esquecessem de colocar #EuEmpregadaDomestica, assim pois eu conseguiria acompanhar os relatos. Isso aconteceu no dia 19 de julho de 2016.

Lembro que fiz essa postagem, limpei minha casa e fui para o estúdio ensaiar, pois tinha um show grande para fazer. Quando cheguei no estúdio já era umas 21h e os caras da minha banda começaram a falar: “Meu, você mexeu num vespeiro. Tá todo mundo falando sobre isso, já tem até matéria em *site*.”

Fiquei sem saber do que eles estavam falando. Foi quando um deles me mostrou o post no Facebook com quase 10 mil *likes* e mais de 5 mil compartilhamentos. Aquele meu *post* tinha viralizado no Brasil com menos de 24 horas. (FERNANDES, 2019. p. 26).

Durante os dias seguintes, os relatos continuavam a chegar e Preta-Rara resolveu criar uma página para publica-los, dando o mesmo título da *hashtag* utilizada anteriormente: *Eu, Empregada Doméstica*. A partir de então, os relatos passaram a serem enviados para um e-mail específico disponibilizado por Joyce e tinham o intuito de serem publicados na página. Atualmente, a página conta com mais de 162 mil curtidas e possui centenas de relatos, que são publicados quase que diariamente, enviados em sua maioria pelas próprias trabalhadoras, seus filhos e netos ou pessoas próximas. Em 2019, Preta-Rara publicou um livro com alguns dos relatos enviados para a página, com título homônimo a esta.

Os relatos abordam uma série de assuntos diferentes, mas falam principalmente de situações traumáticas sofridas pelas trabalhadoras domésticas, que são a maioria no envio de relatos, seguidas de seus filhos e netos, que também escrevem para a página com frequência. Além disso, a página também conta com outros tipos de publicação, como anúncios considerados abusivos e divulgação de eventos e grupos que orientam trabalhadoras domésticas sobre direitos trabalhistas. A popularidade da página trouxe à tona a discussão sobre os direitos das trabalhadoras domésticas na mídia, se tornando assunto de matérias em diversos portais de notícia e emissoras de televisão, além de um TEDx apresentado por Preta-Rara, criadora da página, sobre suas experiências como trabalhadora doméstica.

Para este artigo, foram considerados os relatos publicados entre julho de 2016 a dezembro de 2020, enviados por trabalhadoras domésticas, filhos ou netos, e que mencionassem correspondências entre suas experiências no serviço doméstico e a escravidão no Brasil, através dos contextos percebidos nos relatos e da utilização de palavras como “escrava”, “mucama”, “sinhá” e “escravidão”, compreendendo a importância de se considerar para além do que se está escrito nos discursos, também os sujeitos que os proferem (FOUCAULT, 2008). Pelo mesmo motivo, decidiu-se por manter a escrita dos relatos exatamente da maneira como foram publicados na página.

Com isso, foram desconsiderados seis relatos de experiências fora do país e sessenta e cinco relatos enviados por outras pessoas, totalizando o número de trezentos relatos analisados. A escolha de considerar relatos de filhos se deu por conta de que, da mesma maneira que os relatos das trabalhadoras apresentam uma experiência vivenciada diretamente por quem escreve, percebeu-se o mesmo processo com as histórias enviadas pelos filhos e netos que, além de presenciarem as situações relatadas, demonstram terem suas

próprias vidas afetadas pelas experiências de suas mães ou avós. O mesmo não é percebido nos demais relatos.

De maneira geral, os relatos não possuem identificação de autoria, a não ser pelas iniciais dos nomes, e boa parte deles solicita o anonimato logo no início do texto por receio de serem identificadas pelas pessoas que são citadas, já que muitas das trabalhadoras continuam nos empregos onde as situações contadas ocorreram. Por isso, ao citar os relatos, serão utilizadas as iniciais do(a) autor(a) e a data em que o relato foi publicado, assim como consta na página. Ademais, é possível identificar em boa parte dos relatos uma série de violações de direitos humanos e trabalhistas, inúmeras situações de assédio e violência sofridas pelas trabalhadoras e seus filhos, o que também pode justificar a escolha por não se identificar.

Dos trezentos relatos analisados, trinta e cinco (11,6%) possuem ao menos uma das palavras mencionadas anteriormente, relacionando diretamente o trabalho doméstico como uma profissão que possui aspectos remanescentes da escravidão na forma como as pessoas envolvidas (patroas e empregadas principalmente) se relacionam. Alguns exemplos podem ser percebidos através dos seguintes trechos de relatos de filhos/netos:

[...]Como se não bastasse, além dos serviços domésticos exaustivos dentro de casa, a sinhá ainda mandava a minha mãe colher uma fruta que não me lembro para fazer JUJU (gelinho em outros estados) na árvore e vendesse na praça para aumentar ainda mais a sua renda (a da patroa) Quando chegava o final do mês minha mãe ia atrás do salário e adivinham, a patroa dava umas moedas e algumas roupas velhas como salário naquela época (1980) não existia lei nenhuma para as doméstica, era pior que hoje em dia. (12 de junho de 2017, relato de V. S.).⁵

Em 1940 minha avó foi entregue pelos pais dela que moravam na roça para uma sinhá da cidade que prometeu dar uma vida melhor pra ela. Ela estudava de manhã (o que já era maravilhoso porque na roça não tinha escola) e era escrava doméstica à tarde e à noite. Digo escrava porque ela trabalhava em troca de restos de comida e um tato em cima da cabeça. A patroa mandava alguns trocados para o meu bisavô, mas com certeza era uma quantidade ridícula porque eles eram realmente miseráveis. Segundo a minha avó, ela apanhava de vara de marmelo até sangrar sempre que fazia alguma coisa errada ou quando a sinhá estava estressada demais. (10 de agosto de 2017, relato de D. V.).⁶

[...]Tudo começou quando minha mãe que tbm era doméstica me deu para a filha do patrão para morar em outra cidade, ela disse para minha mãe que era p estudar. Só que quando cheguei a realidade era outra. Fui escravizada. Isso mesmo, Escravizada. Acordava às cinco da manhã e dormia às 11 da noite, parecia que o serviço nunca acabava, e quando acabava ela dava um jeito de arrumar alguma coisa para eu fazer. Isso eu deveria ter uns 9 anos. Daí fugi de lá. (24 de julho de 2016, relato de R. M.).⁷

⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1397577736955631>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1461731943873543>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1102091733170901>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

A escravização enquanto associada ao trabalho doméstico aparece nos relatos principalmente nas situações que se referem aos ganhos das trabalhadoras, que muitas vezes não recebem um salário, mas roupas, objetos velhos e comida e moradia em troca de seu serviço; pela ausência de leis e formalização das relações trabalhistas ou mesmo por conta da maneira como as trabalhadoras são tratadas, pelas condições às quais estão sujeitas. Foi possível perceber, diante disso, que relatos que possuíam queixas relacionadas a jornadas extensas de trabalho; atraso ou não-pagamento de salário; violência moral ou física e desrespeito de direitos humanos e trabalhistas eram normalmente relacionados à escravidão, compreendendo os abusos sofridos como consequências diretas dessa correspondência.

Percebeu-se, também, que existe o estabelecimento de uma distinção entre as pessoas e suas determinadas posições no ambiente doméstico, algo que está presente em grande parte dos relatos e é responsável por definir aquilo que pode ser denominado como um código de conduta do serviço doméstico, que serve para indicar constantemente o “lugar da empregada doméstica” (de inferioridade) perante os seus patrões (de superioridade). Em diversos relatos, é considerado como humilhante a situação que separa a trabalhadora do restante da casa de seus patrões, seja nos espaços de circulação, na utilização dos objetos da casa ou das refeições feitas:

[...]Minha mãe foi tratada que nem lixo só porque abriu um creme de leite. Só podia comer "o que a patroa deixava separado": ela me conta que tinha dia que era meio bife que rolava, mesmo fritando coxinhas, servindo pizzas e outros banquetes dos "mêsversários" do bebê novo. Aí ela começou a levar marmita... e por coração bom, dividia com a menina quando a mesma vinha com xeretice de criança pedir porque "criança não pode passar vontade". Nunca mais consegui comer creme de leite sem me sentir com a consciência pesada, amarga... Me faz lembrar de como as pessoas podem ser ruins (isso que a experiência nem foi minha!). Quería saber do que adianta frequentar igreja, colocar sua filha nos melhores colégios, se a Sra. é o pior exemplo de pessoa que uma criança poderia ter.

E tem gente aí achando que escravidão é algo de um passado distante... (13 de agosto de 2016, relato de G. M.).⁸

Se, por um lado, o caráter informal e “íntimo” das relações no serviço doméstico é visto de maneira negativa e como um dos aspectos que mantém a desigualdade da categoria em grande parte dos relatos, as fronteiras deste aspecto não são totalmente delimitadas na relação entre patrões e trabalhadoras, que consideram como humilhação a sua exclusão na rotina e nos espaços da família. Ou seja, ainda que se estabeleçam relações de afeto entre a trabalhadora e as crianças da casa, por exemplo, ou que em inúmeras situações as trabalhadoras sejam identificadas enquanto “praticamente da família”, existem limites para a sua presença e regras a serem seguidas em relação a casa e os moradores, como o acesso aos mesmos objetos da casa ou a fazer ou não refeições com a família. Um exemplo de tal aspecto é a existência dos

⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1112781888768552>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

elevadores de serviço em prédios, para que os “serviçais” não acessem o mesmo espaço de passagem que as demais pessoas.

Outro aspecto importante a ser considerado é o controle dos corpos dentro do ambiente doméstico, que incide com mais intensidade sobre a trabalhadora, o “corpo domesticado” (FOUCAULT, 1999) da casa. Isto pode ser percebido nos relatos que denunciam cárcere privado, por exemplo:

[...]A patroa escondia as chaves e quando saia para trabalhar trancava a casa e mantinha trancado o quarto com telefone. Fazia questão de fazer o prato de comida da minha mãe, que depois descobriu-se que eram feitos com restos de comida do filho dela [...] (5 de setembro de 2016, relato de D. M.).⁹

O cárcere, a vigilância e a desconfiança são elementos que permeiam o controle existente na relação entre trabalhadoras e patrões, responsáveis por domesticar os corpos para a manutenção dessas hierarquias, para manter os sujeitos nos espaços aos quais foram designados. Além disso, o relato de D. M. também aborda uma situação muito recorrente na página: o costume, por parte principalmente das patroas, de reservar os restos de comida da casa como refeição para a trabalhadora.

Diante de tais relatos, o questionamento suscitado por Lélia Gonzalez, no início deste artigo, é retomado: “Afinal, que abolição foi essa que, 94 anos¹⁰ depois de ter acontecido, a gente continua praticamente na mesma situação?”

“A página me ajudou a nunca aceitar a se escravizada”: Considerações finais

Amigas deixa eu conta um pouco da minha vida pra vcs. Eu fiz o caminho contrário de muitas fiz faculdade mas devido a escassez de trabalho estou trabalhando como doméstica .

Antes mesmo de trabalhar como doméstica eu visitava a página diariamente e isso me ajudou a sempre exigir meus direitos.

Na casa onde eu trabalho tem uma senhora acamada e recebo um pouco a mais pra ajuda a cuida dela.

Na última semana todos os filhos foram embora . E praticamente me obrigaram a ficar 24 horas no trabalho.

Com argumentos como: vc não tem filho. Pq quer ir pra casa. Nao e casada.

É fácil vc vai e dormir .

A tem que ser vc . Vc tem coragem de deixa ela sozinha .

Bati o pe e falei prefiro pedir demissão do que me escravizar .

Arrumei uma pessoa pra noite.

Agora contrataram outra

A página me ajudou a nunca aceitar a se escravizada .

Obrigado (6 de abril de 2017, relato de Mariah Oliveira).¹¹

⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1137712302942177>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

¹⁰ No momento em que Lélia publica, faziam 94 anos. Hoje, quase 134 anos depois, o questionamento ainda é pertinente.

A página *Eu, Empregada Doméstica* escancara, através de relatos de vida, o retrato do serviço doméstico no Brasil: composto por mulheres oriundas de famílias muito pobres, que começaram a trabalhar na infância por pouca ou nenhuma remuneração, perpassadas por um cotidiano repleto de violências, muitas vezes impossibilitadas de prosseguir com educação formal por conta da necessidade ou que recorreram ao emprego doméstico pela ausência de outras oportunidades de emprego.

Nos relatos, é possível perceber uma amplitude de aspectos no serviço doméstico que fazem parte de uma permanência de um *ethos* escravista, presente nas práticas, nas relações e no imaginário das pessoas, seja na figura da trabalhadora doméstica como também no que se refere às funções desempenhadas por ela. Tais permanências se evidenciam a partir do que é dito e também do não dito, que perpassa as relações cotidianas, os espaços onde se pode circular, onde se localiza o lugar que pertence à trabalhadora doméstica, como esta deve se portar diante das exigências de seus patrões, o que ela pode ou não dizer ou o quanto a sua integridade física e sua própria vida significam.

De maneira geral, é possível considerar a partir dos relatos que a maior reminiscência da escravidão no serviço doméstico é o extenso código de regras e conduta que estipula qual é o lugar de ação e de fala da empregada doméstica em oposição aos seus patrões e demais pessoas. Ou seja, que a doméstica é uma figura à parte na sociedade: não merece o mesmo salário que outros trabalhadores, não possui os mesmos direitos porque suas relações de trabalho são “informais demais”, não pode acessar os mesmos espaços e comer da mesma refeição porque a ela é reservado sempre este espaço de exclusão. Como pagamento, não precisa receber um salário, pois seu trabalho não é considerado digno ou especializado o suficiente para um, assim como não é considerada como alguém inteligente ou que necessita de escolarização por conta da natureza de seu trabalho.

Os efeitos produzidos por essa relação são tão intensos que afetam, para além das trabalhadoras, também suas gerações de filhos e netos, que sofrem em conjunto as dores de suas mães e avós. Nestes relatos, é possível perceber como os filhos relacionam os seus próprios traumas e dores e os de suas mães ao que estas foram submetidas em sua profissão.

Ainda, a intensa relação de dominação por parte dos patrões é um aspecto que se mantém ainda muito presente no cotidiano das trabalhadoras domésticas. O controle, na relação entre trabalhadora e patrões, não se atém somente ao que se pode ou não dizer, mas se estende para o corpo, no que se pode vestir; onde se pode sentar; o que, onde e quando se pode comer; em quais horários se deve chegar e ir embora, a vigilância é um aspecto constante na manutenção da dominação, que opera de tal maneira que o

¹¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1327927707253968>>. Acesso em: 05 jan. 2022.
Revista Vernáculo n.º 48 – segundo semestre/2021

simples fato de se identificar com um nome na publicação de um relato na página gera receio por parte das pessoas, o que justifica o anonimato solicitado em quase todas as publicações.

Diante desta realidade, a página se constrói enquanto um ambiente para falar aquilo que não se pode dizer em outros espaços, onde é possível compartilhar com outras pessoas uma série de vivências que permaneceram não-compartilhadas por anos, em algumas situações por décadas. Em diversas ocasiões nos relatos é citada a importância que a página possui para as centenas de pessoas que publicaram seus relatos, como para as milhares que compartilharam das experiências umas das outras, se identificaram, se indignaram ou tiveram empatia. Outrossim, a página é considerada em boa parte dos relatos como um espaço de denúncia e realização de justiça diante das situações sofridas.

Por fim, a existência da página e aquilo que ela representa escancara o quanto os aspectos diretamente relacionados com a escravidão na profissão de empregada doméstica ainda persistem e, para que se estabeleçam condições mais dignas de vida para as mulheres que se ocupam na profissão, este ideário escravista precisa ser finalmente superado. O estabelecimento de leis trabalhistas nas últimas décadas, com a PEC das Domésticas e o surgimento de espaços como o *Eu, Empregada Doméstica* e movimentos oriundos a partir deles apenas demonstram que a movimentação das trabalhadoras domésticas em prol dos seus direitos existe e que suas vozes ecoam, apesar de todas as mazelas não resolvidas que a sociedade brasileira possui com o seu passado.

“[...]Não que a profissão de doméstica seja indigna Mas do jeito que as coisas procederam comigo ,serviu para que eu sendo preta e nona filha parasse pra pensar e ver que eu era capaz de quebrar o ciclo da escravidão ...”
(15 de novembro de 2016, relato de I. O. S.)¹²

Referências

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: Teorias da descolonização e saberes subalternos**. Brasília, 2007. 274 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Brasília.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

¹² Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1196224307090976>>. Acesso em: 05 jan. 2022.
Revista Vernáculo n.º 48 – segundo semestre/2021

- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GRAHAM, Sandra. **Caetana diz Não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1960-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. v. 2. n. 3. 1989. p. 3-15.
- PRETA-RARA. **Eu, Empregada Doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)**. Niterói, 2017. 583 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.
- TELLES, Lorena Férres da Silva. **Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.

Recebido em 29/01/22 aceito para publicação em 16/02/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Monografias

O Fim do Roubo da História: uma análise das Epistemologias do Sul para des-pensar a historiografia latinoamericana.

The End of the Robbery of History: an analysis of the Epistemologies of the South to un-think Latin American historiography

Julia Chacur¹

Antes de adentrar o conteúdo específico deste trabalho, acredito ser importante enfatizar que este texto, assim como confio ser a pesquisa incansável de Boaventura de Sousa Santos e de outros pensadores decoloniais, é uma opção pela esperança. Uma proposta que aponta os problemas profundos que a América Latina², assim como as outras periferias globais, enfrenta, mas que se propõe a ir além e pensar em alternativas.

O presente texto pretende analisar os conceitos-chave do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, como *transição paradigmática, linhas abissais, ecologia dos saberes e interculturalidade*, para defender uma análise crítica da historiografia latino americana. Nas Epistemologias do Sul, sua proposta epistemológica e metodológica, orienta-se seguir um caminho: aprender que existe o Sul, aprender a ir para o Sul, aprender a partir do Sul e com o Sul (SANTOS apud MENESES, 2013). Foram analisados entrevistas, vídeos, artigos e livros do sociólogo, articulando seus conceitos teóricos, com sua trajetória de vida, atuação política e lugar de fala, com a intenção de aprofundar este estudo.

A noção de roubo da história, presente no título deste trabalho, faz referência ao livro de Jack Goody intitulado *O Roubo da História* (2006). Sua tese principal é a noção de que uma pequena parte do mundo, notadamente a Europa Ocidental, foi capaz de impor ao resto do mundo uma concepção de passado e futuro, de tempo e de espaço e, com isso, se apropriar da noção de história, silenciando todas as outras concepções existentes. No artigo *Um Ocidente Não-Ocidentalista: filosofia à venda, a doura ignorância e a aposta de Pascal* (2013b), Santos parte desta reflexão de Goody, para refletir sobre os roubos da história, que não apenas ocorreram da Europa para o mundo, mas também sucederam dentro do próprio ocidente. Segundo Goody, uma verdadeira “história global” só será possível quando superado tanto o orientalismo como o ocidentalismo³, para que o mundo se reconheça na sua infinidade de pluralidades (GOODY, 2008 apud SANTOS, 2013b). Santos defende as tradições marginalizadas dentro do próprio ocidente, que foram

¹ Graduada em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² O próprio conceito de América Latina é criticado pelos intelectuais decoloniais. O argumento é que a construção da ideia de América e, posteriormente, América Latina é eurocêntrica e reproduz um desejo dos colonizadores e da elite local crioula em se diferenciar dos que habitavam o continente. Entretanto, o termo será utilizado ao longo da monografia por falta de alternativa e pela sua ampla aceitação no senso comum. Para mais sobre esta crítica ver MIGNOLO, 2005.

³ Ao falar de um ocidentalismo, refere-se à imagem dupla do orientalismo, isto é, a imagem que o ocidente tem de si próprio quando cria o “outro” no orientalismo.

apagadas por não se adequarem aos objetivos imperialistas que, segundo ele, vieram a dominar a partir da fusão entre a modernidade ocidental e o capitalismo (SANTOS, 2013b).

Dessa forma, percebe-se que uma das batalhas mais significativas do século XXI vem sendo travada em torno do conhecimento (MENEZES, 2008). Para analisar o cenário em que esta discussão se insere é preciso compreender as raízes profundas nas quais se assentam o que valida o saber.

São muitos os indícios de que passamos por tempos de mudanças, marcado pela incerteza política, social e ontológica. As estruturas que asseguram o paradigma da modernidade, que desde pelo menos o século XVI vigoram na ordem mundial, estão sendo questionadas (SANTOS, 2011). Como diz Boaventura de Sousa Santos (2011), enquanto não confrontarmos os problemas, incertezas e perplexidades, estaremos fadados à uma concepção colonizada dos saberes. A urgência desta análise provém da observação de que o conhecimento, como o temos concebido na modernidade ocidental, não dá mais conta, exclusivamente, de explicar os fenômenos sociais.

A crise epistemológica foi evidenciada também por diversos autores contemporâneos à Boaventura, das mais variadas correntes ideológicas, do Interstício de Bauman à Crise da Percepção de Capra⁴. A crítica ao modelo de racionalidade moderna é o centro dessas análises, por diferentes meios e com propostas de solução distintas, o que une esses autores diversos é a conclusão de que a ciência, enquanto paradigma dominante, é fracassada (LEITE, 2011). Este colapso é representado pelas catástrofes ambientais, o crescimento das desigualdades no mundo, ascendência de governos fascistas, valorização de discursos revisionistas da história, silenciamentos que perduram por séculos e pelos abismos. Linhas abissais dividem o mundo entre Norte e Sul. Não os geográficos separados pela linha do Equador, mas, sim, os epistemológicos, sustentados pela oposição da existência/inexistência: “para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética” (SANTOS, 2007, p.71).

As Epistemologias do Sul são um conjunto de epistemologias com a proposta de construir um “pensamento alternativo de alternativas” (SANTOS, 2012) para essa realidade abismal. Afinal, é também num momento de oscilação que se faz possível emergir uma nova maneira de pensar. Não basta, portanto, a criação de um novo paradigma que supere os problemas da modernidade, é preciso de um paradigma outro. Falar de uma nova epistemologia seria inseri-la de forma linear no processo de substituição de paradigmas e integrá-lo a história do pensamento moderno. Entretanto, a proposta é de um paradigma outro, na contramão das grandes teorias modernistas, como o marxismo, o liberalismo e o cristianismo, localizando seus questionamentos no próprio espaço-tempo: às margens (ESCOBAR, 2003). A construção de um paradigma outro, com histórias outras e intelectuais outros. Por isso, existe um esforço em resgatar discursos de pensadores desde as sociedades indígenas.

⁴ Zygmunt Bauman, sociólogo e filósofo polonês, denominou o período que vivemos de Interstício, entre o que deixou de ser e o que ainda não é. Um momento em que os alicerces da modernidade já dá sinais continuados de fadiga. O que significa, para ele, o fim das utopias (BAUMAN, 2015). O autor está mais preocupado em demonstrar as características desse momento de crise do que propor soluções. Frijot Capra é um físico e ambientalista austríaco que se dedica ao estudo da nova ciência. Segundo este autor a crise econômica, social e ecológica fazem parte de uma só crise: uma crise de percepção (CAPRA, 2006).

Esta proposta epistemológica ganhou corpo através do pensamento do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1940-). O intelectual se insere dentro da perspectiva dos estudos da colonialidade, que colocam no centro de sua análise a relação entre colonizador e colonizado e enunciam o lugar geopolítico da América Latina como o local submetido à criação de uma nova ordem de poder mundial, colonial e capitalista.

O conceito de colonialidade do poder foi primeiro cunhado por Anibal Quijano em 1989 para denominar as marcas do colonialismo, que mesmo após o fim do sistema colonial, permanecem enraizadas na sociedade. A colonização acabou, o colonialismo não. Por um lado, a colonialidade do poder denuncia a continuidade de uma estrutura de poder colonial. Por outro, esclarece que a narrativa hegemônica da história é única e não universal e por isso revela que na construção da modernidade, processos e narrativas foram apagadas e silenciadas. Sendo assim, não existe uma “modernidade essencial e universal” (BAO; LIMA, 2017, p. 29), a própria modernidade é um fenômeno localizado no espaço e tempo.

É o caso do alicerçamento da ciência moderna. Foram excluídos da história oficial, os conflitos e os erros. Mas, na realidade, o processo de transformação da ciência em única forma de conhecimento válido foi longo e controverso. Contribuiu para seu desenlace não só argumentos epistemológicos, mas econômicos e políticos. No século XVII, a crescente ascendência do capitalismo influenciou diretamente a escolha de uma forma de conhecimento que se traduziria facilmente em progresso tecnológico. Outros argumentos em favor da busca do bem e da felicidade, da continuidade entre homem e natureza tiveram que ser derrotados (SANTOS; MENESES; NUNES, 2004).

São dois os grandes problemas em relação ao silenciamento do debate dos séculos XVI e XVII em torno da ciência. Primeiro, resultou numa percepção a-histórica da ciência, que se remete simplesmente aos seus sucessos, levando a acreditar que epistemologicamente, seus erros não foram parte fundamental de sua consolidação. Percepção esta que têm relação direta com a crença da sociedade de que a solução para os problemas causados pela própria ciência, é mais ciência (SANTOS, 2011). Segundo, teve como consequência o epistemicídio perpetuado à todas as formas outras de conhecimento. Neste processo de afirmação, a ciência moderna passou a definir os critérios de cientificidade, e mais, os de validade para todo o conhecimento (SANTOS; MENESES; NUNES, 2004).

A necessidade de se recuperar as outras histórias da ciência é:

indispensável para que esta deixe de ser a história da emergência e expansão da ciência ocidental moderna e passe a abrir novos caminhos para histórias globais e multiculturais do conhecimento, superando assim o que tem sido designado por colonialidade do saber (SANTOS, MENESES, NUNES, 2004, p.5)

Assim como Goody e Santos, Chimamanda Adichie (2009), escritora feminista nigeriana, nos alerta para o perigo do que ela denomina de história única. Segundo ela: “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem

uma história tornar-se a única história”. O problema da história, tida como global e hegemônica, é que ela é uma história única. Completa: “a consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade, dificultando o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada, enfatizando como nós somos diferentes, ao invés de como somos semelhantes” (ADICHIE, 2009).

O perigo da história única se estende para todas as culturas. Entretanto, ainda que o silenciamento interno à própria Europa tenha sido violento, foi-o muito mais em outras regiões do mundo submetidas à colonização européia (SANTOS; MENESES; NUNES, 2004). O roubo da história nos países do Terceiro Mundo significou o apagamento de narrativas outras, de personagens outros, de relações outras com a passagem do tempo, de compreensões outras sobre a relação homem e natureza, de entendimentos outros sobre nós mesmos. Ao colocar a história dentro dos moldes da ciência moderna, perdeu-se o valor das outras formas de transmissão de conhecimento histórico, como a oralidade e a ancestralidade. O roubo foi a apropriação completa do conceito de história, invalidando e apagando todas as pluralidades de formas de compreensão do espaço e do tempo, que não o eurocêntrico.

Sendo assim, a pós-colonialidade propõe a revisão crítica dos conceitos hegemônicos a partir da subalternidade. Segundo Meneses (2013), isto pressupõe três principais exigências: a histórica, na necessidade de repensar todos os passados sob uma diferente ótica, a ontológica, na renegociação do ser e de seus sentidos, e a epistemológica, que contesta a compreensão exclusiva e imperial do conhecimento. É possível afirmar que essas exigências são intrínsecas umas às outras e que devem ser perseguidas com igual peso.

O objetivo do sociólogo em resgatar essas histórias outras é de “intervir no presente como se ele tivesse outros passados para além daquele que fez dele o que ele é hoje. Se podia ter sido diferente, poderá ser diferente” (SANTOS, 2013b, p.448). A História, nesse contexto, ao mesmo tempo que é transformada, é também agente da transformação. Como exprimiu Eduardo Galeano, em uma célebre frase advinda de um provérbio africano: “Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador” (GALEANO, 2002).

Dessa forma, aprender a partir do Sul e com o Sul é necessário na historiografia, nas salas de aula universitárias e escolares e no senso comum. O fim do roubo da história é o fim do monopólio de uma história única sobre desigualdades, desequilíbrios, silenciamentos e opressão.

Referências:

ADICHIE, C. **O perigo de uma única história.** 2009. (19’16”). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso 06/01/2020 às 17:54.

BAO, C. E.; LIMA, N. **Lógica Histórica e Interculturalidade:** um diálogo possível. Revista Tempo da Ciência, Toledo, v. 24, n. 47, p. 26-44, 2017.

BAUMAN, Z. **Babel:** Entre a incerteza e a esperança. Zahar: Rio de Janeiro, 2005.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** Tradução de Newton Roberval Eicheberg. 10ª reimpressão. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. **Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico.** In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (orgs.), El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. Bogotá, 2007.

CHACUR, J. **O Fim do Roubo da História: uma análise das Epistemologias do Sul para des-pensar a historiografia latinoamericana.** Orientador: Fernando Luiz Vale Castro. Monografia (Bacharel em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2019.

ESCOBAR, A. **Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latino-americano.** Tabula Rasa, n.1, p. 58-86, 2003. Disponível em <http://www.revistatabularasa.org/numero-1/escobar.pdf>. Acesso em 05/07/2019 às 11:12

GOODY, J. **O Roubo da História: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

LEITE, T. S. C. **Paradigmas e transformações epistemológicas: a crise da ciência moderna em Thomas Kuhn e Boaventura De Sousa Santos.** Revista Prometeus, Universidade Federal De Sergipe, n.7, p. 131-152, 2011. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/770/661>. Acesso 27/11/2019 às 15:10.

MIGNOLO, Walter D. **La Idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial.** Gedisa: Barcelona, 2005. Tradução do original em inglês: Silvia Jawerbaum e Julieta Barba.

MENESES, M. P. **Introdução.** In: SANTOS, B. de S; MENEZES, M. P. (orgs). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2013.

MENESES, J. R.; MENESES, M. A. R. **Sotaque lusitano, cidadão do mundo.** Serviço Social e Sociedade, v. 89, p. 177-187, 2007.

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder.** Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. São Paulo: CLACSO, 2005.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.** Autêntica, Belo Horizonte. 2019.

SANTOS, B. S. **Socialismo, democracia e epistemologias do Sul.** Entrevista concedida a Bruno Sena Martins. Revista Crítica de Ciência Sociais, 2018a. p. 9-54. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/7647>. Acesso 04/12/2019 às 11:26.

SANTOS, B. S. **O intelectual de retaguarda**. Leituras Brasileiras. 2018b. (22'13"). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dlZbLjCz_mU. Acesso 04/12/2019 às 10:26

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, B. de S; MENEZES, M. P. (orgs). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2013a.

SANTOS, B. S.; **Um Ocidente não-Ocidentalista?** A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, B. de S; MENEZES, M. P. (orgs). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2013b.

SANTOS, B. S. **Para um novo senso comum: a ciência o direito e a política na transição paradigmática**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, B. S; MENESES, M. P. G; NUNES, J. A. Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. IN: SANTOS, B. S. (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SANTOS, B. S. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 63, 2002, p. 237-280.

SANTOS, B. S. **Entrevista com Boaventura de Sousa Santos** [Entrevista concedida a] José Maria Cançado, Juarez Guimarães, Leonardo Avritzer e Patrus Ananias. Teoria e Debate, edição 48, 2001a. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2001/06/01/boaventura-de-sousa-santos/>. Acesso em 07/06/2019 às 10:58.

SANTOS, B. S. **Seis Razões para Pensar**. In: Por que pensar? Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 54, São Paulo, 2001b. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Porque%20pensar_Lua%20Nova_2001.pdf. Acesso em 05/07/2019 às 12:59.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. Estudos avançados, vol 2, nº2, São Paulo, 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007. Acesso em 08/01/2020 às 14:12.

Recebido em 06/05/20 aceito para publicação em 30/12/21.

Impressões de Leitura

Os rastros do autor: uma investigação dos recursos estilísticos na obra de Jorge Andrade

The author's tracks: an investigation of stylistic resources in the work of Jorge Andrade

AZEVEDO, Elizabeth Ferreira Cardoso Ribeiro. **Recursos estilísticos na dramaturgia de Jorge Andrade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

Cassiano Mignoni¹

A busca pela reconstituição dos fragmentos do indivíduo que se deslocam entre os diversos campos da vida humana, interagindo e interiorizando com o mundo em sua volta, é o caminho percorrido por Elizabeth Ribeiro Azevedo, que investiga os recursos estilísticos presentes nas obras do dramaturgo paulista, Jorge Andrade (1922-1984). A autora é historiadora (1983, Universidade de São Paulo [USP]), mestra (1995, USP) e doutora (2002, USP) em artes cênicas, e pós-doutora em linguística (2016, Universidade de Lisboa [UL]), tendo publicado sua tese de doutorado neste presente livro (*Recursos estilísticos na dramaturgia de Jorge Andrade*) no ano de 2014, foi professora de Teatro Brasileiro e História das Artes Cênicas na ECA/USP, é orientadora do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da ECA/USP e também tem atuado em pesquisas na área do teatro paulista, coordenando o Laboratório de Informação e Memória do Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes - LIM CAC (USP)².

A autora tem um grande percurso em pesquisas sobre o teatro paulista, sobretudo em Jorge Andrade, que é “reconhecidamente um dos maiores dramaturgos brasileiros do século XX. Visceralmente ligado à história nacional [...]” (p. 11)³, na qual, buscou em suas peças retratar aspectos da sociedade brasileira, em diferentes contextos históricos, como por exemplo, *A Moratória* (ANDRADE, 1965), em que o enredo passa pela “[...] crise histórica do café nas décadas de 1920 e 1930.” (p. 77), ou ainda em *As Confrarias* (ANDRADE, 1970) que é “[...] ambientado em Minas Gerais no século XVIII, à época da Inconfidência.” (p. 132). Azevedo reflete que a obra do dramaturgo introduziu novos paradigmas ao teatro brasileiro, adicionando recursos expressionistas e épicos com temas poucos abordados até então por seus companheiros e companheiras.

¹ Graduado em História na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó/SC. Contato: mignonicassiano@gmail.com.

² Informações sobre a autora retiradas de seu currículo lattes, disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5086642075315709>>. Acessado em: 19 de jun. de 2020.

³ O crítico teatral Sábato Magaldi (1927-2016) aborda a influência da dramaturgia de Jorge Andrade no teatro nacional, ver mais em: Magaldi (1997 e 1998).

O caminho traçado pela autora busca através dos documentos deixados por Andrade, entrevistas concedidas, artigos de jornais (o mesmo já atuou como repórter⁴), suas peças e assim como, pesquisas realizadas em torno dos 30 anos de produções do dramaturgo. No capítulo 1, *Fortuna crítica*, Elizabeth R. Azevedo faz uma relação de estudos relevantes sobre as obras do autor investigado, apresentando pesquisas e brevemente explicitando como convergem para identificar os recursos expressionistas e épicos. Além de buscar na sua formação influências que estão dispostas na sua produção, como o período em que estudou na Escola de Arte Dramática (EAD) durante a década de 1950⁵, assim fazendo a trajetória do intelectual entre os diversos encontros e desencontros.

O que busca demonstrar no segundo capítulo, *Expressionismo e teatro épico*⁶, é que estes recursos foram poucos investigados na obra *andradina*, mas seu uso é recorrente, inclusive citando dramaturgos importantes de ambos estilos teatrais entre seus preferidos, como Arthur Miller e Bertolt Brecht⁷. Além de investigar as influências que teve na EAD, a autora apresenta nas peças como são utilizados estes recursos, como quando os conflitos da personagem, Vicente, em *O Sumidouro* (ANDRADE, 1970), ressoa o estilo expressionista, ou ainda utilizando-se de recursos épicos na mesma peça, como “[...] slides, filmes, quebra das unidades de tempo e espaço” (p. 147), pontua Azevedo, se referindo sobre as combinações destes estilos na concepção de suas obras. A autora faz referências de pesquisas que tratam do surgimento do teatro épico no Brasil, apontando que “é de estranhar que os trabalhos que tratam do surgimento e das realizações de peças desse estilo [épico] entre nós nem sequer mencionem o dramaturgo paulista [...]” (p. 35), em outras obras, referem-se a relevância de Andrade no teatro, porém, sem analisar profundamente suas obras. Azevedo declara que “nenhum outro autor brasileiro que escreveu entre os anos de 1950 a 1970 fez como Jorge tal tipo de combinação, [...] pode-se dizer que Jorge Andrade é um expressionista por índole e um épico por formação.” (p. 41). A trajetória do autor dá legitimidade para a autora expressar que, em sua formação teve contato com o teatro de Brecht nas montagens das peças do britânico durante os anos em que

⁴ Sua atividade jornalística na revista *Realidade* interpela sua atuação como dramaturgo, utilizando temas de reportagens para compor suas peças, como por exemplo em *O Mundo Composto* (1972) que foi publicado na própria revista, ou ainda em *O Incêndio* (1979, Editora Global) que utiliza-se de acontecimentos reais ocorridos em Chapecó/SC na década de 1950, como um artefato para refletir problemas sociais de seu tempo, “[...] revelando as contradições que atormentam o homem na sociedade atual e na histórica brasileira.” (AZEVEDO, 2014, p. 149) afirma Jorge Andrade.

⁵ Jorge Andrade afirma “Quem me ensinou realmente teatro foi a Escola de Arte Dramática (EAD) - Décio [Prado], Paulo Mendonça, Sábato Magaldi [...]. Num certo sentido, eu sou produto da Escola de Arte Dramática [...]” (AZEVEDO, 2014, p. 44).

⁶ A autora utiliza como referência quando fala do expressionismo e épico principalmente as obras de Gliksohn, Miller, Rosenfeld, Brecht e Pavis que formam a base teórica de sua argumentação acerca dos recursos estilísticos pesquisados nas peças de Andrade.

⁷ Nesta trajetória, Jorge Andrade, chegou a encontrar Miller nos EUA em 1956, em que recebeu um conselho que Azevedo menciona como “que o ajudou a definir sua dramaturgia: ‘Volte para seu país e procure descobrir porque os homens são o que são, e não o que gostariam de ser - e escreva sobre a diferença’.” (AZEVEDO, 2014, p. 48). Além de que, ambos os dramaturgos aparecem em retratos na peça, *O Sumidouro* (ANDRADE, 1970), sob a mesa da personagem Vicente, dramaturgo e alter ego de Andrade.

esteve na EAD, e por índole quando instiga a investigar o que são os homens e mulheres em suas ações, remetendo-se a sua própria trajetória de constantes indagações sobre a vida e a sociedade brasileira⁸.

Nesse sentido de buscar saber quem são esses homens e mulheres brasileiras, são constantes questionamentos em suas obras, sendo boa por parte, devido a influência que teve em contato com o sociólogo Antonio Candido na EAD e, posteriormente com as obras dos historiadores: Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Deste modo, Azevedo afirma que:

Essa passou a ser a vida de Jorge. Escrever tentando explicar o por que os homens são que são. Daí a importância do passado em sua obra. Primeiro surgindo pela memória pessoal, depois alargando a visão histórica, para compreender o processo de formação da sociedade brasileira e criar um teatro genuinamente nacional, usando o palco para denúncia das injustiças e para terapia destinada a espantar seus demônios interiores. (p. 49)

Com base nestas considerações, a autora procura demonstrar nos próximos capítulos, como esses recursos e inspirações manifestaram ao longo de suas dezoito peças escritas, enfatizando as aproximações e distanciamentos que revelam as individualidades do autor (e autores), atento às posições teóricas-metodológicas da biografia expostas por Giovanni Levi quanto a manifestação das liberdades individuais, como elucida Malatian (2008) ao analisar os pressupostos de Levi, reitera que a “[...] constante busca da afirmação da liberdade individual manifesta nas escolhas realizadas pelos indivíduos diante de possibilidades.” (p. 30). Desse modo, Azevedo se aproxima das metodologias biográficas, por mais que não tenha citado esse aporte teórico nas suas análises, demonstra-se similaridades, como quando proclama: “[...] sempre lembrar que a aproximação entre autores deve ser feita não apenas na procura de identidades (que denotam aproximação de gênios e também de circunstâncias), mas sobretudo, na identificação das diferenças reveladoras das individualidades.” (p. 51).

Nos próximos capítulos a autora apresenta as obras de Jorge Andrade de forma cronológica com base nas datas que iniciou o processo de escrita, Azevedo utiliza para fomentar sua pesquisa os arquivos do acervo da EAD que se encontram na Biblioteca da ECA-USP, do Centro Cultural de São Paulo, da biblioteca do Museu Lasar Segall e o acervo particular de Andrade, sob guarda de Helena de Almeida Prado (viúva do autor). Nestes arquivos busca versões antigas de peças não publicadas para demonstrar as alterações feitas pelo autor e como foi o processo de elaboração das mesmas. Também, utiliza-se de artigos

⁸ Jorge Andrade quando questionado em entrevista sobre suas obras, respondeu: “Minha dramaturgia é isto: vai e volta, vai e volta, tudo enraizado naquela Pietá Fazendeira, que é a quebra de um mundo. [...] e aí que comecei a procurar alguma coisa, alguma coisa perdida que eu não sabia o que era. Até que, escrevendo, encontrei não é?” (AZEVEDO, 2012, p. 187).

Revista Vernáculo n.º 49 – primeiro semestre/2022

e notícias de jornais e revistas que abordam as peças, além de entrevistas cedidas aos mesmos e textos publicados quando trabalhou como repórter⁹.

O itinerário de possibilidades que levaram Jorge Andrade a escrever suas dezoito peças desde 1951 a 1981, é onde Azevedo por vezes se encontra, por mais que seu objetivo seja investigar os recursos épicos e expressionistas utilizados pelo objeto da pesquisa, faz-se necessário percorrer a trajetória do intelectual e suas relações com o contexto em que estava inserido, entre às décadas do final da República Velha ao final da Ditadura Civil-Militar. É através desse contexto que foi escrito as peças do autor, como explicita a autora: “as transformações pelas quais passara sua família (representante da antiga ordem¹⁰) e o mundo em que vivia no Brasil dos anos 1950 [...]” (p. 179) contribuíram para os temas abordados nas suas obras, como exemplo de *A Moratória* (1965), que utiliza de sua origem rural para narrar “[...] a crise histórica do café nas décadas de 1920 e 1930.” (p. 77). Da mesma maneira que as transformações da sociedade iriam ocorrendo, o autor esteve atento a sua máxima de registrar os homens e mulheres brasileiras em seu espaço e tempo¹¹, novos temas foram abordados como em *Milagre na Cela* (1977), quando escreve sobre atos de tortura com base em fatos verídicos do traumático período da Ditadura Civil-militar.

Azevedo percorre as obras do dramaturgo buscando referências na sua vida para explicar que “assim como Brecht, Jorge Andrade é épico não apenas nos recursos, mas também na mensagem de mudança, de criação de um mundo mais justo.” (p. 176) através do auto questionamento. Desse modo, a autora similarmente conclui que as referências representam que “[...] Jorge se liga às práticas expressionistas por intensa e insuperável necessidade de expressar diretamente no palco sentimentos e conflitos pessoais.” (p. 178), assim, identificando que grande parte de suas obras, refletem o que seus sentidos interpelam do mundo em sua volta, seja pessoal ou/e coletivo, reflexo dos recursos estilísticos que auxiliaram moldar sua forma de fazer teatro:

É nesse metateatro que as linhas do realismo, do épico e do expressionismo se unem e fazem da obra andradina um fenômeno único no teatro brasileiro. O autor consegue expor não só o drama das personagens, mas também os dilemas nacionais, seus próprios conflitos pessoais e as estruturas do fazer teatral. (p. 182)

⁹ Uma grande maioria das referências utilizadas pela autora, encontram-se reunidos no conjunto de textos organizado pela mesma no ano de 2012, Jorge Andrade 90 anos: (Re)leituras - Volume I: a voz de Jorge, juntamente com o evento comemorativo dos 90 anos do autor. O evento ocorreu no Teatro da USP e contou com participação de vários pesquisadores de teatro, assim como, leituras dramáticas e encenações de peças do autor.

¹⁰ “[...] nascido em Barretos, numa família de ricos fazendeiros” (AZEVEDO, 2014, p. 11).

¹¹ Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* em 1977 sobre a peça *Milagre na Cela* (1977, Paz e Terra) o autor afirma: “A minha obrigação é escrever, registrando o homem no tempo e no espaço. Se a peça vai ser encenada agora, ou não, isso é outro problema. Um dia ela será” (AZEVEDO, 2014, p. 155) e foi, em 1981 e adaptada em filme 1984 com o título *A Freira e a Tortura* (85 min., Dir. Ozualdo Candeias).

A autora deste modo, reforça que a obra de Jorge Andrade é referência no teatro nacional ao procurar representar a sociedade brasileira. Ainda reafirma nesta obra a importância de pesquisas na dramaturgia *andradina*, abrindo novos caminhos e trajetórias para pesquisadores e pesquisadoras investigarem os *rastos* deixados pelo dramaturgo e *libertá-lo*¹².

Referências

ANDRADE, Jorge. **A Moratória**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1965.

ANDRADE, Jorge. **Marta, a árvore e o relógio**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

AZEVEDO, Elizabeth Ribeiro. *et all* (orgs.). **Jorge Andrade 90 anos: (Re)leituras - Volume I: a voz de Jorge**. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, Teatro da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012.

MAGALDI, Sábato. **Panorama do teatro brasileiro**. São Paulo: Global, 1997.;

MAGALDI, Sábato. **Moderna dramaturgia brasileira**. Editora Perspectiva, 1998.

MALATIAN, Teresa Maria. A biografia e a história. **Cadernos Cedem**, v. 1, n. 1, p. 16-31, 2008.

Recebido em 29/06/20 aceito para publicação em 18/01/22.

¹² “[...] minha peça contava verdades de nossa gente. Verdades que presenciei quando morava na fazenda. Cada pessoa que saía do teatro fazia-me sentir como se meu trabalho fosse gratuito, inútil. Parecia que havia destruído um mundo em mim, e que não conseguiria substituí-lo. Eu sei que o fracasso também é positivo, mas quando se tem coragem de voltar-se para dentro de si mesmo e avaliar os erros que cometemos. Devo aproveitá-lo para entender-me... e criar alguma coisa. Para isso preciso compreender esse passado e me libertar.” (ANDRADE, 1970, p. 460). Trecho da fala de Vicente (alter ego de Jorge) na peça *Rasto Atrás*.

Revista Vernáculo n.º 49,
1.º sem. 2022
Publicado em Março de 2022
ISSN 2317-4021
<http://revistas.ufpr.br/vernaculo>



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 49 – primeiro semestre/2022

ISSN 2317-4021